

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	8
DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	18
DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	30

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	108
Motivos de Reapresentação	110

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	558.699
Preferenciais	0
Total	558.699
Em Tesouraria	
Ordinárias	544
Preferenciais	0
Total	544

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	28/05/2013	Dividendo	28/05/2013	Ordinária		0,45721

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	2.343.343	2.700.982
1.01	Ativo Circulante	120.208	463.877
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	85.757	435.621
1.01.06	Tributos a Recuperar	16.098	13.812
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	16.098	13.812
1.01.07	Despesas Antecipadas	107	202
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	18.246	14.242
1.01.08.03	Outros	18.246	14.242
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio a receber	14.968	14.032
1.01.08.03.03	Outros Créditos	3.220	210
1.01.08.03.04	Créditos com Partes Relacionadas	58	0
1.02	Ativo Não Circulante	2.223.135	2.237.105
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	16.358	16.102
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	6.450	6.487
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	6.450	6.487
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9.908	9.615
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	9.908	9.615
1.02.02	Investimentos	2.202.321	2.216.348
1.02.02.01	Participações Societárias	2.202.321	2.216.348
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.219.414	1.220.196
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	982.907	996.152
1.02.03	Imobilizado	4.367	4.582
1.02.04	Intangível	89	73

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	2.343.343	2.700.982
2.01	Passivo Circulante	298.259	593.183
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.555	7.876
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.555	7.876
2.01.02	Fornecedores	1.098	552
2.01.03	Obrigações Fiscais	387	368
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	387	368
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições	387	368
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	277.595	574.108
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	277.595	574.108
2.01.05	Outras Obrigações	12.624	10.279
2.01.05.02	Outros	12.624	10.279
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	12.624	10.279
2.02	Passivo Não Circulante	231	223
2.02.03	Tributos Diferidos	185	163
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	185	163
2.02.04	Provisões	46	60
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	46	60
2.03	Patrimônio Líquido	2.044.853	2.107.576
2.03.01	Capital Social Realizado	1.320.549	1.320.549
2.03.02	Reservas de Capital	26.076	31.867
2.03.04	Reservas de Lucros	499.960	755.160
2.03.04.01	Reserva Legal	111.855	111.855
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	388.105	643.305
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	198.268	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	91.535	207.369	84.654	189.916
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-19.281	-34.254	-13.794	-28.726
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	294	586	35	68
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-8.093	-13.245	0	0
3.04.05.01	Amortização de ágio investimentos	-8.093	-13.245	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	118.615	254.282	98.413	218.574
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	109.223	235.601	92.026	205.800
3.04.06.02	Juros sobre o Capital Próprio	9.392	18.681	6.387	12.774
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	91.535	207.369	84.654	189.916
3.06	Resultado Financeiro	-4.411	-9.105	-255	1.862
3.06.01	Receitas Financeiras	7.212	15.039	5.640	8.441
3.06.02	Despesas Financeiras	-11.623	-24.144	-5.895	-6.579
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	87.124	198.264	84.399	191.778
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11	4	25	73
3.08.01	Corrente	0	26	0	23
3.08.02	Diferido	-11	-22	25	50
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	87.113	198.268	84.424	191.851
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	87.113	198.268	84.424	191.851
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,15592	0,35487	0,15111	0,34339

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	87.113	198.268	84.424	191.851
4.03	Resultado Abrangente do Período	87.113	198.268	84.424	191.851

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-69.534	-29.059
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-22.705	-20.552
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuicao social	198.264	191.778
6.01.01.02	Depreciacao e amortizacao	302	297
6.01.01.03	Prêmios de opções de ações	193	1.255
6.01.01.05	Resultado de equivalencia patrimonial	-254.282	-218.574
6.01.01.06	Amortização de ágio em investimentos	13.245	404
6.01.01.07	Baixa do imobilizado	0	15
6.01.01.09	Encargos financeiros e variação monetária sobre financiamentos, empréstimos e debêntures	19.587	4.215
6.01.01.11	Constituição/atualização monetária de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, depósitos judiciais	-14	58
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-46.829	-8.507
6.01.02.01	Tributos a recuperar	-2.286	744
6.01.02.02	Despesas antecipadas	95	-308
6.01.02.03	Depositos Judiciais	-293	-216
6.01.02.05	Outros creditos	-3.010	-190
6.01.02.06	Fornecedores	546	-349
6.01.02.07	Obrigacoes sociais	-1.321	-1.497
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuicoes a recolher	19	-80
6.01.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	26	23
6.01.02.10	Outras contas a pagar	2.345	-645
6.01.02.12	Empresas relacionadas	-21	-5.989
6.01.02.16	Juros pagos	-42.929	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	254.187	-439.666
6.02.01	Dividendos recebidos	254.281	337.197
6.02.02	Aquisicao de imobilizado e intangivel	-103	-184
6.02.03	Investimento em Controladas	9	-776.679
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-534.517	492.359
6.03.01	Pagamento de ações em tesouraria	-6.146	-1.262
6.03.02	Opções outorgadas	0	-574
6.03.03	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-255.200	-51.431
6.03.06	Pagamento de empréstimos, arrendamento mercantil e debêntures	-550.000	1.023
6.03.08	Comissão sobre Notas Promissórias	2.195	-5.397
6.03.09	Captação de empréstimos, arrendamento mercantil e debêntures	274.634	550.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-349.864	23.634
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	435.621	87.066
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	85.757	110.700

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	31.867	755.160	0	0	2.107.576
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	31.867	755.160	0	0	2.107.576
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-5.791	-255.200	0	0	-260.991
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-6.146	0	0	0	-6.146
5.04.06	Dividendos	0	0	-255.200	0	0	-255.200
5.04.08	Plano de opção com base em ações	0	355	0	0	0	355
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	198.268	0	198.268
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	198.268	0	198.268
5.07	Saldos Finais	1.320.549	26.076	499.960	198.268	0	2.044.853

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	31.224	530.287	0	0	1.882.060
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	31.224	530.287	0	0	1.882.060
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-581	-51.431	0	0	-52.012
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-1.262	0	0	0	-1.262
5.04.06	Dividendos	0	0	-51.431	0	0	-51.431
5.04.08	Plano de opção com base em ações	0	1.255	0	0	0	1.255
5.04.09	Opções Outorgadas	0	-574	0	0	0	-574
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	191.851	0	191.851
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	191.851	0	191.851
5.07	Saldos Finais	1.320.549	30.643	478.856	191.851	0	2.021.899

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-35.433	-16.194
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-35.433	-16.194
7.03	Valor Adicionado Bruto	-35.433	-16.194
7.04	Retenções	-302	-297
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-302	-297
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-35.735	-16.491
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	269.321	227.083
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	254.282	218.574
7.06.02	Receitas Financeiras	15.039	8.441
7.06.03	Outros	0	68
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	233.586	210.592
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	233.586	210.592
7.08.01	Pessoal	11.178	12.235
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.872	11.707
7.08.01.02	Benefícios	886	408
7.08.01.03	F.G.T.S.	420	120
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-4	0
7.08.02.01	Federais	-4	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	24.144	6.506
7.08.03.01	Juros	19.587	5.238
7.08.03.03	Outras	4.557	1.268
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	198.268	191.851
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	198.268	191.851

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	6.372.993	5.805.575
1.01	Ativo Circulante	1.518.510	1.053.078
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.209.512	778.981
1.01.02	Aplicações Financeiras	72.711	66.722
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	72.711	66.722
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	72.711	66.722
1.01.03	Contas a Receber	151.168	149.888
1.01.03.01	Clientes	151.168	149.888
1.01.03.01.01	Clientes	82.768	79.521
1.01.03.01.02	Clientes - Partes Relacionadas	68.400	70.367
1.01.06	Tributos a Recuperar	42.574	28.180
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	42.574	28.180
1.01.07	Despesas Antecipadas	9.553	6.987
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	32.992	22.320
1.01.08.03	Outros	32.992	22.320
1.01.08.03.02	Outros créditos	32.992	22.320
1.02	Ativo Não Circulante	4.854.483	4.752.497
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	662.362	682.172
1.02.01.06	Tributos Diferidos	549.964	559.370
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	549.964	559.370
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	315	340
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	112.083	122.462
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	83.231	79.472
1.02.01.09.05	Outros créditos	16.077	30.556
1.02.01.09.06	Títulos e Valores Mobiliários	12.775	12.434
1.02.02	Investimentos	271.905	275.506
1.02.02.01	Participações Societárias	271.905	275.506
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	271.905	275.506
1.02.03	Imobilizado	393.710	405.011
1.02.04	Intangível	3.526.506	3.389.808

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	6.372.993	5.805.575
2.01	Passivo Circulante	1.082.897	1.287.701
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	46.179	42.513
2.01.01.01	Obrigações Sociais	46.179	42.513
2.01.02	Fornecedores	63.275	58.489
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	63.275	58.489
2.01.03	Obrigações Fiscais	30.986	27.387
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	30.986	27.387
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	29.642	25.661
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	1.344	1.726
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	764.205	1.002.698
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	524.221	802.424
2.01.04.02	Debêntures	239.984	200.026
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	248
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil	0	248
2.01.05	Outras Obrigações	87.229	63.177
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	12.081	5.163
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	12.081	5.163
2.01.05.02	Outros	75.148	58.014
2.01.05.02.04	Credor pela concessão	18.676	18.158
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	56.472	39.856
2.01.06	Provisões	91.023	93.437
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	22.615	27.765
2.01.06.01.05	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	22.615	27.765
2.01.06.02	Outras Provisões	68.408	65.672
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	66.213	63.531
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	2.195	2.141
2.02	Passivo Não Circulante	3.227.304	2.392.387
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.878.332	2.031.542
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	217.879	161.921
2.02.01.02	Debêntures	2.660.453	1.869.621
2.02.02	Outras Obrigações	83.983	104.533
2.02.02.02	Outros	83.983	104.533
2.02.02.02.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	8.331	8.766
2.02.02.02.06	Credor pela Concessão	46.288	50.321
2.02.02.02.07	Outras Contas a Pagar	29.364	45.446
2.02.03	Tributos Diferidos	34.537	24.700
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	34.537	24.700
2.02.04	Provisões	230.452	231.612
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	105.968	106.441
2.02.04.01.05	Provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	105.968	106.441
2.02.04.02	Outras Provisões	124.484	125.171
2.02.04.02.05	Provisão para manutenção	114.359	115.131
2.02.04.02.06	Provisão para construção de obras	10.125	10.040
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.062.792	2.125.487
2.03.01	Capital Social Realizado	1.320.549	1.320.549

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.02	Reservas de Capital	26.076	31.867
2.03.04	Reservas de Lucros	499.960	755.160
2.03.04.01	Reserva Legal	111.855	111.855
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	388.105	643.305
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	198.268	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	17.939	17.911

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	653.894	1.222.226	442.600	847.769
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-335.502	-581.133	-207.492	-378.347
3.03	Resultado Bruto	318.392	641.093	235.108	469.422
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-84.701	-153.813	-49.624	-78.820
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-83.279	-155.360	-47.177	-74.306
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	505	505
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-170	-178	21	-147
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.252	1.725	-2.973	-4.872
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	233.691	487.280	185.484	390.602
3.06	Resultado Financeiro	-86.675	-161.281	-49.001	-85.211
3.06.01	Receitas Financeiras	31.766	50.400	17.613	34.306
3.06.02	Despesas Financeiras	-118.441	-211.681	-66.614	-119.517
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	147.016	325.999	136.483	305.391
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-58.440	-125.297	-50.610	-111.070
3.08.01	Corrente	-50.559	-107.730	-45.254	-102.121
3.08.02	Diferido	-7.881	-17.567	-5.356	-8.949
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	88.576	200.702	85.873	194.321
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	88.576	200.702	85.873	194.321
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	87.113	198.268	84.424	191.851
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.463	2.434	1.449	2.470
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,15592	0,35487	0,15111	0,34339

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	88.576	200.702	85.873	194.321
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	88.576	200.702	85.873	194.321
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	87.113	198.268	84.424	191.851
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.463	2.434	1.449	2.470

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	356.415	317.704
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	680.899	552.322
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	325.999	305.391
6.01.01.02	Depreciação e amortização	99.890	80.026
6.01.01.03	Baixa e/Venda do ativo imobilizado, intangível	17.636	1.756
6.01.01.04	Encargos financeiros e var monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	180.105	120.993
6.01.01.05	Variação monetária com o Poder Concedente	3.636	4.846
6.01.01.06	Const prov para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, depósitos judiciais e atual monetária	8.271	3.968
6.01.01.07	Atual monetária da provisão para manutenção e provisão para construção de obras	8.228	5.547
6.01.01.08	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-2.291	-1.920
6.01.01.09	Premio de opções de ações	355	1.255
6.01.01.10	Constituição de provisão para construção de obras e atualização monetária	39.660	30.460
6.01.01.11	Provisão para credores de liquidação duvidosa	1.135	0
6.01.01.12	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.725	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-324.484	-234.618
6.01.02.01	Clientes	-2.415	24.187
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-14.394	-1.195
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-2.541	1.406
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-3.759	-2.281
6.01.02.05	Outros créditos	3.807	-2.929
6.01.02.06	Fornecedores	3.553	-4.212
6.01.02.07	Obrigações sociais	3.666	1.239
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	3.981	-1.671
6.01.02.09	Empresas relacionadas	8.151	-2.301
6.01.02.10	Pagamento de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-8.744	-5.485
6.01.02.11	Pagamentos de manutenção e construção de obras	-45.839	-39.162
6.01.02.12	Outras contas a pagar e Adiantamento de Clientes	534	5.755
6.01.02.13	Juros pagos	-159.280	-105.704
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-112.880	-102.416
6.01.02.16	Tributos diferidos	1.676	151
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-240.003	-834.526
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-242.923	-129.669
6.02.02	Investimentos em controladas	0	8.974
6.02.05	Dividendos recebidos	5.326	0
6.02.06	Valor pago aquisição - Tecondi	0	-1.300.610
6.02.07	Pagamento de dividendos a acionistas não controladores	-2.406	13.016
6.02.08	Efeito líquido de caixa na aquisição de novas empresas - Tecondi	0	573.763
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	314.119	359.188
6.03.01	Credor pela concessão	-7.151	-7.179
6.03.02	Títulos e valores mobiliários	-4.039	-24.656

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.03.03	Captação de arrend mercantil, empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	1.221.518	1.256.219
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-634.046	-792.896
6.03.06	Pagamento de ações em tesouraria	-6.146	-1.262
6.03.07	Opções outorgadas	0	-574
6.03.08	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-255.200	-64.931
6.03.09	Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	-817	-136
6.03.10	Comissões sobre notas promissórias	0	-5.397
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	430.531	-157.634
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	778.981	530.028
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.209.512	372.394

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	31.867	755.160	0	0	2.107.576	17.911	2.125.487
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	31.867	755.160	0	0	2.107.576	17.911	2.125.487
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-5.791	-255.200	0	0	-260.991	-2.406	-263.397
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-6.146	0	0	0	-6.146	0	-6.146
5.04.06	Dividendos	0	0	-255.200	0	0	-255.200	0	-255.200
5.04.08	Plano de opção com base em ações	0	355	0	0	0	355	0	355
5.04.11	Efeito de participação de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-2.406	-2.406
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	198.268	0	198.268	2.434	200.702
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	198.268	0	198.268	2.434	200.702
5.07	Saldos Finais	1.320.549	26.076	499.960	198.268	0	2.044.853	17.939	2.062.792

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	31.224	530.287	0	0	1.882.060	3.041	1.885.101
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	31.224	530.287	0	0	1.882.060	3.041	1.885.101
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-581	-51.431	0	0	-52.012	13.016	-38.996
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-1.262	0	0	0	-1.262	0	-1.262
5.04.06	Dividendos	0	0	-51.431	0	0	-51.431	0	-51.431
5.04.08	Plano de opção com base em ações	0	1.255	0	0	0	1.255	0	1.255
5.04.09	Opções Outorgadas	0	-574	0	0	0	-574	0	-574
5.04.10	Efeito de participação de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	13.016	13.016
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	191.851	0	191.851	2.470	194.321
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	191.851	0	191.851	2.470	194.321
5.07	Saldos Finais	1.320.549	30.643	478.856	191.851	0	2.021.899	18.527	2.040.426

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	1.338.457	926.434
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.121.761	791.606
7.01.02	Outras Receitas	28.412	31.478
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	188.284	103.350
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-488.892	-285.676
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-388.700	-248.117
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-100.045	-37.412
7.02.04	Outros	-147	-147
7.03	Valor Adicionado Bruto	849.565	640.758
7.04	Retenções	-99.890	-80.026
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-99.890	-80.026
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	749.675	560.732
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	52.125	29.434
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.725	-4.872
7.06.02	Receitas Financeiras	50.400	34.306
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	801.800	590.166
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	801.800	590.166
7.08.01	Pessoal	147.889	86.594
7.08.01.01	Remuneração Direta	110.926	63.236
7.08.01.02	Benefícios	27.271	17.538
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.692	5.820
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	241.528	189.734
7.08.02.01	Federais	188.675	148.810
7.08.02.02	Estaduais	38	35
7.08.02.03	Municipais	52.815	40.889
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	211.681	119.517
7.08.03.01	Juros	124.200	79.352
7.08.03.03	Outras	87.481	40.165
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	200.702	194.321
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	198.268	191.851
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	2.434	2.470

Comentário do Desempenho

A EcoRodovias infraestrutura e Logística S.A divulga seus resultados referentes ao segundo trimestre de 2013 (2T13) e primeiro semestre de 2013 (1S13). As informações financeiras e operacionais são apresentadas de forma consolidada e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Leis n° 11.638/07 e n° 11.941/09, bem como as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A partir do primeiro trimestre de 2013, está sendo aplicado o padrão IFRS 10 e Pronunciamento Técnico CPC 36.

As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao segundo trimestre de 2012 (2T12) e primeiro semestre de 2012 (1S12).

Dados Financeiros

A EcoRodovias divulga suas informações financeiras consolidadas e com a abertura entre os seguintes negócios:

Concessões Rodoviárias: dados financeiros relativos às seis concessionárias de rodovias do Grupo (Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas, Ecosul e ECO101);

Ecoporto Santos: dados financeiros relativos à participação de 100% no Ecoporto Santos, formado pelas empresas Ecoporto Santos, Ecoporto Alfandegado e Ecoporto Transportes, anteriormente chamadas de Tecondi, Termares e Termlog;

Serviços: dados financeiros relativos à empresa de prestação de serviços corporativos e exploração de outros serviços correlatos – EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.;

Holding: dados financeiros relativos à holding – EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.;

Eliminações: dados financeiros relativos às eliminações *intercompany* – resultados eliminados na consolidação das informações financeiras do Grupo;

Com a aplicação do IFRS 10, IFRS 11 e Pronunciamento Técnico CPC 36 a partir do primeiro trimestre de 2013, a EcoRodovias passou a consolidar as empresas Elog S.A. e Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP) em seu balanço através dos efeitos de ativos e passivos nos investimentos e resultado em equivalência patrimonial. As informações pró-forma apresentadas ao longo deste relatório consideram a consolidação proporcional destas empresas nas demonstrações financeiras. Os resultados por segmento são apresentados ao final deste relatório.

Comentário do Desempenho

RESULTADOS CONSOLIDADOS

Receita Bruta Consolidada

A receita bruta atingiu R\$ 712,3 milhões no 2T13 e R\$ 1.338,4 milhões no 1S13, crescimentos de 47,4% e 44,5%, respectivamente. Desconsiderando a receita de construção e a aplicação do IFRS 10, a receita bruta pró-forma ajustada atingiu R\$ 672,6 milhões no 2T13 e R\$ 1.332,3 milhões no 2T13, com crescimentos de 31,2% e 33,3%, respectivamente. As variações registradas são, principalmente, devido à consolidação do Ecoporto Santos e ao crescimento orgânico das concessões rodoviárias.

RECEITA BRUTA (em milhões de R\$)	2T13	2T12	Var.	1S13	1S12	Var.
Concessões Rodoviárias	417,6	367,5	13,6%	839,7	768,0	9,3%
Receita de Construção	130,2	63,5	105,0%	188,3	103,4	82,1%
Ecoporto Santos	163,9	50,8	222,6%	309,2	50,8	508,7%
Serviços	31,5	31,0	1,6%	63,0	62,4	1,0%
Eliminações	(30,9)	(29,6)	4,4%	(61,8)	(58,2)	6,2%
RECEITA BRUTA	712,3	483,3	47,4%	1.338,4	926,4	44,5%
Aplicação IFRS10						
STP (12,75%)	19,0	15,8	20,3%	37,9	30,9	22,7%
Elog (80%)	72,8	78,2	-6,9%	146,1	148,8	-1,8%
Eliminações	(1,2)	(1,1)	9,1%	(1,8)	(3,4)	-47,1%
Receita de Construção	(130,2)	(63,5)	105,0%	(188,3)	(103,4)	82,1%
RECEITA BRUTA PRÓ-FORMA AJUSTADA ¹	672,6	512,6	31,2%	1.332,3	999,4	33,3%

¹ Exclui Receita de Construção do Saldo da Receita Bruta e Consolida proporcionalmente Elog e STP (IFRS 10)

Receita Líquida Consolidada

A receita líquida atingiu R\$ 653,9 milhões no 2T13 e R\$ 1.222,3 milhões no 1S13, crescimentos de 47,7% e 44,2%, respectivamente. Desconsiderando a receita de construção e a aplicação do IFRS 10, a receita líquida pró-forma ajustada atingiu R\$ 601,1 milhões no 2T13 e R\$ 1.189,1 milhões no 1S13, com crescimentos de 31,3% e 33,1%, respectivamente.

Comentário do Desempenho

RECEITA LÍQUIDA (em milhões de R\$)	2T13	2T12	Var.	IS13	IS12	Var.
Concessões Rodoviárias	381,5	335,9	13,6%	767,4	702,0	9,3%
Receita de Construção	130,2	63,5	105,0%	188,3	103,4	82,1%
Ecoporto Santos	145,1	45,2	221,0%	272,4	45,2	502,7%
Serviços	28,0	27,6	1,4%	56,0	55,4	1,1%
Eliminações	(30,9)	(29,6)	4,4%	(61,8)	(58,2)	6,2%
RECEITA LÍQUIDA	653,9	442,6	47,7%	1.222,3	847,8	44,2%
Aplicação IFRS10						
STP (12,75%)	17,1	13,9	23,0%	34,3	27,2	26,1%
Elog (80%)	61,4	65,8	-6,7%	122,7	125,2	-2,0%
Eliminações	(1,2)	(1,1)	9,1%	(1,8)	(3,4)	-47,1%
Receita de Construção	(130,2)	(63,5)	105,0%	(188,3)	(103,4)	82,1%
RECEITA LÍQUIDA PRÓ-FORMA AJUSTADA ¹	601,1	457,7	31,3%	1.189,1	893,4	33,1%

¹ Exclui Receita de Construção do Saldo da Receita Líquida e Consolida Proporcionalmente a Elog e STP (IFRS 10)

Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidados

Os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$ 418,9 milhões no 2T13 e R\$ 736,6 milhões no IS13, crescimentos de 64,5% e 62,7%, respectivamente. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção e a aplicação do IFRS 10, os custos operacionais e despesas administrativas pró-forma ajustados atingiram R\$ 339,3 milhões no 2T13 e R\$ 652,4 milhões no IS13, com crescimentos de 36,7% e 43,9%, respectivamente. Estes aumentos foram, basicamente, devido à consolidação do Ecoporto Santos, que, se excluído, resultaria em crescimentos de 13,8% no 2T13 e 10,1% no IS13.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	2T13	2T12	Var.	IS13	IS12	Var.
Pessoal	76,7	46,9	63,5%	147,9	86,6	70,8%
Conservação e Manutenção	17,2	14,9	15,4%	34,6	28,9	19,7%
Serviços de Terceiros	74,9	44,5	68,3%	138,7	65,9	110,5%
Seguros, Poder Concedente e Locações	27,3	15,2	79,6%	53,8	30,2	78,1%
Depreciação / Amortização	53,8	41,4	30,0%	99,9	80,0	24,9%
Provisão para Manutenção	23,7	14,0	69,3%	39,7	30,5	30,2%
Custo de Construção de Obras	130,2	63,5	105,0%	188,3	103,4	82,1%
Outros	15,1	14,3	5,6%	33,7	27,2	23,9%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS	418,9	254,7	64,5%	736,6	452,7	62,7%
Aplicação IFRS 10	74,3	71,0	4,6%	143,8	134,7	6,8%
Custo de Construção de Obras e Provisão para Manutenção	(153,9)	(77,5)	98,6%	(228,0)	(133,9)	70,3%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS PRÓ-FORMA AJUSTADO ¹	339,3	248,2	36,7%	652,4	453,5	43,9%

¹ Exclui Custo de Construção de Obras, Provisão para Manutenção e consolida proporcionalmente os custos da Elog e STP (IFRS 10)

Comentário do Desempenho

Custos Operacionais e Despesas Administrativas (em milhões de R\$)	2T13	2T12	Var.	IS13	IS12	Var.
Concessões Rodoviárias	305,3	218,6	39,7%	526,8	415,7	26,7%
Complexo Tecondi	97,3	35,7	172,5%	192,1	35,7	438,1%
Serviços Compartilhados	21,4	14,5	47,6%	38,7	29,1	33,0%
Holding	19,2	13,8	39,1%	34,2	28,7	19,2%
Eliminações	(24,3)	(27,9)	-12,9%	(55,2)	(56,5)	-2,3%
Custos Operacionais e Despesas Administrativas	418,9	254,7	64,5%	736,6	452,7	62,7%
Aplicação - IFRS10						
STP (12,75%)	9,4	8,2	14,6%	18,5	15,3	20,9%
Logística (80%)	65,9	64,3	2,5%	127,1	122,8	3,5%
Eliminações	(1,0)	(1,5)	-33,3%	(1,8)	(3,4)	-47,1%
Custo de Construção de Obras e Provisão para Manutenção	(153,9)	(77,5)	98,6%	(228,0)	(133,9)	70,3%
Custos Operacionais e Despesas Administrativas	339,3	248,2	36,7%	652,4	453,5	43,9%
Pró-forma Ajustada¹						

¹ Exclui Custo de Construção de Obras, Provisão para Manutenção e consolida proporcionalmente os custos da Elog e STP (IFRS 10)

EBITDA Consolidado e Margem EBITDA Consolidada

O EBITDA foi de R\$ 288,8 milhões no 2T13, atingindo uma margem de 44,2% e R\$ 585,6 milhões no IS13, com margem de 47,9%, e crescimentos de 25,6% e 23,1%, respectivamente. O EBITDA pró-forma ajustado, desconsiderando o resultado de construção, provisão para manutenção e aplicação do IFRS 10, atingiu R\$ 324,6 milhões no 2T13, com margem de 54,0% e R\$ 654,1 milhões, com margem de 55,0%, no IS13. Os crescimentos de 24,9% no 2T13 e 21,7% no IS13 foram ocasionados pelo crescimento do EBITDA das concessões rodoviárias e pela consolidação do Ecoporto Santos.

EBITDA (em milhões de R\$)	2T13	2T12	Var.	IS13	IS12	Var.
Lucro Líquido (antes da participação de minoritário)	88,6	85,9	3,1%	200,7	194,3	3,3%
Depreciação e Amortização	53,8	41,4	30,0%	99,9	80,0	24,9%
Resultado Financeiro	86,7	49,0	76,9%	161,3	85,2	89,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	58,4	50,6	15,4%	125,3	111,1	12,8%
Amortização de Investimentos	0,0	-		0,1	0,1	0,0%
Equivalência Patrimonial	1,3	3,0	-56,7%	(1,7)	4,9	-134,7%
EBITDA	288,8	229,9	25,6%	585,6	475,6	23,1%
MARGEM EBITDA	44,2%	51,9%	-7,7 p.p.	47,9%	56,1%	-8,2 p.p.

EBITDA PRO-FORMA AJUSTADO (em milhões de R\$)	2T13	2T12	Var.	IS13	IS12	Var.
EBITDA	288,8	229,9	25,6%	585,6	475,6	23,1%
Receita de Construção	(130,2)	(63,5)	105,0%	(188,3)	(103,4)	82,1%
Custo de Construção	130,2	63,5	105,0%	188,3	103,4	82,1%
Provisão para Manutenção	23,7	14,0	69,3%	39,7	30,5	30,2%
STP (12,75%)	9,1	7,4	23,0%	18,6	14,6	27,4%
Elog (80%)	3,0	8,5	-64,7%	10,2	16,9	-39,6%
EBITDA PRÓ-FORMA AJUSTADO	324,6	259,8	24,9%	654,1	537,6	21,7%
MARGEM EBITDA PRÓ-FORMA	54,0%	56,8%	-2,8 p.p.	55,0%	60,2%	-5,2 p.p.

Comentário do Desempenho

EBITDA Pró-forma Ajustado por Segmento

EBITDA PRÓ-FORMA AJUSTADO					
(em milhões de R\$)	2T13	Margem	2T12	Margem	Var.
Concessões Rodoviárias ¹	268,9	70,5%	230,4	68,6%	16,7%
Concessões Rodoviárias ¹	273,3	71,6%	230,8	68,7%	18,4%
ECO101 ¹	(4,4)	n.m.	(0,4)	n.m.	n.m.
Ecoporto Santos	51,7	35,6%	12,6	27,9%	n.m.
Serviços	11,0	39,2%	14,8	53,7%	-25,9%
Eliminações	1,0	n.m.	0,5	n.m.	n.m.
Holding	(20,1)	n.m.	(14,4)	n.m.	n.m.
STP (12,75%)	9,1	53,2%	7,4	53,3%	23,3%
Elog (80%)	3,0	4,9%	8,5	12,9%	-64,7%
EBITDA PRÓ-FORMA AJUSTADO ²	324,6	54,0%	259,8	56,8%	25,0%
EBITDA PRÓ-FORMA AJUSTADO					
(em milhões de R\$)	IS13	Margem	IS12	Margem	Var.
Concessões Rodoviárias ¹	545,5	71,1%	492,8	70,2%	10,7%
Concessões Rodoviárias ¹	553,2	72,1%	493,2	70,3%	12,2%
ECO101 ¹	(7,7)	n.m.	(0,4)	n.m.	n.m.
Ecoporto Santos	90,0	33,0%	12,6	27,9%	n.m.
Serviços	23,6	42,2%	29,4	53,1%	-19,7%
Eliminações	(2,3)	n.m.	1,4	n.m.	n.m.
Holding	(31,5)	n.m.	(30,1)	n.m.	4,7%
STP (12,75%)	18,6	54,3%	14,6	53,7%	27,4%
Elog (80%)	10,2	8,3%	16,9	13,5%	-39,9%
EBITDA PRÓ-FORMA AJUSTADO ²	654,1	55,0%	537,6	60,2%	21,7%

¹ O EBITDA ajustado Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção do saldo dos Custos dos Serviços Prestados

² Exclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção do saldo dos Custos dos Serviços Prestados e consolidada

³ Portos Secos refere-se a Zona primária, Porto Secos de interior e Porto Secos de fronteira.

Resultado Financeiro Consolidado

O resultado financeiro líquido no 2T13 totalizou despesas de R\$ 86,7 milhões e R\$ 161,3 milhões no IS13, crescimentos de 77,7% e 89,5%, respectivamente. O resultado financeiro pró-forma, desconsiderando a aplicação do IFRS 10 totalizou despesas de R\$ 91,4 milhões no 2T13 e R\$ 169,2 milhões no IS13, com aumento de 64,1% e 74,4%, respectivamente. As principais variações foram:

- Pagamento de juros das debêntures do Ecoporto Santos, resultando em um aumento de 48,5% no 2T13.
- Crescimento de 46,8% de juros sobre financiamento, provenientes dos financiamentos contratados para aquisição do Ecoporto Santos em maio de 2012 e liberações de recursos do BNDES à Ecopistas.

Comentário do Desempenho

- Aumento de 248,8% na variação monetária de debêntures e financiamentos devido à atualização monetária nas debêntures da EcoRodovias Concessões e Serviços e Ecovias dos Imigrantes.

RESULTADO FINANCEIRO (em milhões de R\$)	2T13	2T12	Var.	IS13	IS12	Var.
Juros sobre Debêntures	(45,0)	(30,3)	48,5%	(85,8)	(58,7)	46,2%
Juros sobre Financiamentos	(20,4)	(13,9)	46,8%	(38,4)	(20,7)	85,5%
Variação Monetária - Debêntures e Financiamen	(27,9)	(8,0)	248,8%	(47,0)	(16,6)	183,1%
Variação Monetária – Direito de Outorga	(1,7)	(3,0)	-43,3%	(3,6)	(4,8)	-25,0%
Receitas de Aplic. Financeiras	23,8	13,6	75,0%	38,9	29,3	32,8%
Ajuste a Valor Presente ICPC-01	(4,5)	(2,7)	66,7%	(8,3)	(5,5)	50,9%
Outros Efeitos Financeiros	(11,0)	(4,5)	144,4%	(17,1)	(8,1)	111,1%
RESULTADO FINANCEIRO	(86,7)	(48,8)	77,7%	(161,3)	(85,1)	89,5%
Aplicação IFRS 10	(4,7)	(6,9)	-31,9%	(7,9)	(11,9)	-33,6%
STP (12,75%)	0,2	0,4	-50,0%	0,4	0,8	-50,0%
Elog (80%)	(4,9)	(7,3)	-32,9%	(8,3)	(12,7)	-34,6%
RESULTADO FINANCEIRO PRÓ-	(91,4)	(55,7)	64,1%	(169,2)	(97,0)	74,4%

Imposto de Renda e Contribuição Social

O total de imposto de renda e contribuição social registrado no 2T13 foi de R\$ 58,4 milhões e de R\$ 125,4 milhões no IS13. O total de imposto de renda e contribuição social, desconsiderando a aplicação do IFRS 10, totalizou R\$ 58,0 milhões no 2T13 e R\$ 126,8 milhões no IS13. O total de IR e CS efetivamente pago no 2T13 foi de R\$ 50,7 milhões (conforme Fluxo de Caixa), sendo a taxa de 34,5%.

Lucro Líquido

O lucro líquido foi de R\$ 87,1 milhões no 2T13 e R\$ 198,3 milhões no IS13, crescimentos de 3,2% e 3,3%, respectivamente. A margem líquida (lucro líquido sobre receita líquida consolidada) atingiu 13,3% no 2T13 e 16,2% no IS13.

LUCRO LÍQUIDO (em milhões de R\$)	2T13	2T12	Var.	IS13	IS12	Var.
EBITDA	288,8	229,9	25,6%	585,6	475,6	23,1%
Depreciação e Amortização	(53,8)	(41,4)	30,0%	(99,9)	(80,0)	24,9%
Amortização de Investimentos	(0,1)	(0,0)	n.m	(0,1)	(0,1)	n.m
Resultado Financeiro	(86,7)	(49,0)	76,9%	(161,3)	(85,2)	89,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(58,4)	(50,6)	15,4%	(125,3)	(111,1)	12,8%
Equivalência Patrominial	(1,3)	(3,0)	-56,7%	1,7	(4,9)	-134,7%
Lucro Líquido (antes da participação de minoritários)	88,6	85,9	3,1%	200,7	194,3	3,3%
Participação de minoritários	(1,5)	(1,5)	0,0%	(2,4)	(2,5)	-4,0%
LUCRO LÍQUIDO	87,1	84,4	3,2%	198,3	191,8	3,4%

Disponibilidade Financeira e Endividamento

A EcoRodovias encerrou junho de 2013 com saldo de caixa disponível e aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários de R\$ 1.295,0 milhões, com aumento de 26,9% em relação a 31 de março de 2013. Desconsiderando a aplicação do IFRS 10, o saldo pró-forma totalizou R\$ 1.438,3 milhões, com crescimento de 24,1% em relação a 31 de março de 2013.

A dívida bruta da EcoRodovias atingiu R\$ 3.642,5 milhões em 30 de junho de 2013, aumento de 15,9% em relação a 31 de março de 2013. Desconsiderando a aplicação

Comentário do Desempenho

do IFRS 10, a dívida bruta pró-forma totalizou R\$ 3.892,3 milhões, com crescimento de 14,9%, em relação a 31 de Março de 2013. Contribuíram para o aumento do saldo da dívida financeira, os seguintes fatores:

2ª emissão de debêntures da concessionária Ecovias dos Imigrantes no valor R\$ 881,0, em maio de 2013; Desembolso de R\$ 21,1 milhões do BNDES à concessionária Ecopistas no 2T13; 4ª emissão de notas promissórias na EcoRodovias, no valor de R\$ 275,0 milhões, em maio de 2013.

Contribuíram para a redução do saldo da dívida financeira, os seguintes fatores:

Pagamento de R\$ 593,9 milhões, referente ao principal e juros da 3ª emissão de notas promissórias da EcoRodovias; Pagamento de principal e juros no valor de R\$ 74,1 milhões referente à 1ª e 2ª séries da primeira emissão de debêntures da concessionária Ecovias dos Imigrantes e Pagamento de juros no valor de R\$ 55,3 milhões referente à primeira emissão de debêntures do Ecoporto Santos.

ENDIVIDAMENTO (em milhões de R\$)	30/06/2013	31/03/2013	Var.	Taxa	Moeda	Vencimento
Concessões Rodoviárias	2.698,5	1.841,7	46,5%			
Debêntures 2ª Emissão - EcoRodovias Conc. e Serv.	835,2	821,2	1,7%	CDI+0,79% a.a / IPCA+5,0% a.a./IPCA+5,35% a.a.	R\$	outubro-2022
Debêntures 1ª Emissão - Ecovias dos Imigrantes	165,0	233,1	-29,2%	IGP-M + 9,5% / 104,0% CDI	R\$	novembro-2014
Debêntures 2ª Emissão - Ecovias dos Imigrantes	871,3	-	n.m	IPCA+ 3,8% / IPCA + 4,28% a.a	R\$	abril-2024
Debêntures 1ª Emissão - Ecopistas	430,3	426,8	0,8%	IPCA+8,25% a.a.	R\$	outubro-2022
BNDES- Ecopistas	183,4	165,0	11,1%	TJLP+2,40% a.a	R\$	junho-2025
CCB - Ecovia Caminho do Mar	36,7	36,0	2,0%	114,0% do CDI	R\$	novembro-2013
CCB - Ecosul	20,0	27,1	-26,1%	CDI + 2,03% a.a.	R\$	outubro-2014
CCB - Ecosul e Ecovia Caminho do Mar	83,6	82,0	2,0%	110,0% do CDI	R\$	outubro-2013
CCB - Ecovia Caminho do Mar e Ecosul	50,1	49,1	2,0%	112,50% do CDI	R\$	dezembro-2013
Finame BNDES - Ecocatarras	21,5	-	n.m	TJLP + 2,30% a.a.	R\$	julho-2018
Outros	1,4	1,4	0,0%		R\$	outubro-2022
Ecoporto Santos	666,4	715,2	-6,8%			
Debêntures 1ª Emissão- Ecoporto Santos (Tecondi)	598,7	639,2	-6,3%	CDI + 1,85% a.a	R\$	junho-2019
CCB- Ecoporto Santos (Tecondi)	26,4	29,1	-9,4%	CDI + 3,0% a.a	R\$	junho-2015
Finame - Ecoporto Santos e Ecoporto Transporte (Tecondi e Termlog)	23,5	25,4	-7,5%	CDI + 3,18% a.a	R\$	junho-2017
CCB - Ecoporto Alfandegado (Termares)	-	0,1	n.m	14,84% a.a	R\$	maio-2013
CCB - Ecoporto Santos (Tecondi)	17,9	21,4	-16,4%	CDI + 0,15% a.a	R\$	julho-2014
Emissão de Notas Promissórias - EcoRodovias	-	585,4	n.m	108,0% do CDI	R\$	maio-2013
Emissão de Notas Promissórias - EcoRodovias	277,6	-	n.m	104,5% do CDI	R\$	maio-2014
	3.642,5	3.142,3	15,9%			
Aplicação IFRS 10						
Debêntures 2ª Emissão - Elog	245,8	239,8	2,5%	CDI+1,60% a.a	R\$	fevereiro-2020
Outros	3,9	4,3	-8,5%		R\$	junho-2016
DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA PRÓ-FORMA	3.892,3	3.386,4	14,9%			
DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA	3.642,5	3.142,3	15,9%			
Caixa Disponível	1.295,0	1.020,1	26,9%			
DÍVIDA LÍQUIDA	2.347,5	2.122,2	10,6%			

Consolidado Pró-forma (STP e Logística)

DÍVIDA BRUTA-PRÓ-FORMA	3.892,3	3.386,4	14,9%
Caixa Disponível - Pró-forma	1.438,3	1.159,3	24,1%
DÍVIDA LÍQUIDA PRÓ-FORMA	2.454,0	2.227,1	10,2%

DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA (em milhões de R\$)	30/06/2013	31/03/2013	Var.
EBITDA udm	1.176,3	1.117,5	4,8%
Dívida Líquida	2.347,5	2.122,3	-7,9%
DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA	2,0 x	1,9 x	0,1 x
DÍVIDA LÍQUIDA PRÓ-FORMA / EBITDA PRÓ-FORMA AJUSTADO (em milhões de R\$)	30/06/2013	31/03/2013	Var.
EBITDA Ajustado Pró-forma udm	1.373,2	1.317,6	4,2%
Dívida Líquida Pró-forma	2.454,0	2.227,1	10,2%
DÍVIDA LÍQUIDA PRO FORMA / EBITDA PRÓ-FORMA AJUSTADO	1,8 x	1,7 x	0,1 x

Capex Consolidado e por Segmento

Os investimentos consolidados realizados pela EcoRodovias totalizaram R\$ 160,3 milhões no 2T13 e R\$ 288,8 milhões no 1S13, crescimentos de 51,9% e 71,7%,

Comentário do Desempenho

respectivamente. Os investimentos consolidados desconsiderando a aplicação do IFRS 10, totalizaram R\$ 172,5 milhões no 2T13 e R\$ 326,3 no 1S13, aumento de 49,4% e 72,5%, respectivamente.

Nas concessões rodoviárias, referem-se principalmente, às obras contratuais na Ecopistas, com destaque a obras da pista marginal da Rodovia Ayrton Senna entre o km 19,0 e o km 24,8, implantação da quinta faixa entre o km 26 e o km 41 na Rodovia dos Imigrantes, obras relacionadas ao Aditivo Contratual da Ecovias dos Imigrantes e finalização da duplicação da BR 277 na Ecocataratas. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC) para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

No Ecoporto Santos, o valor de investimentos correspondem a obras em andamento e aquisição de máquinas e equipamentos.

No setor de logística (Elog), o valor dos investimentos realizados foram para modernização de máquinas e equipamentos e adequação de infraestrutura nas unidades da Elog.

Na STP (12,75%), o valor de investimento correspondente a aquisição de hardware e software.

CAPEX (em milhões de R\$)	2T13			2T12			Var
	INTANGIVEL/ IMOBILIZADO	CUSTO DE MANUTENÇÃO	TOTAL	INTANGIVEL/ IMOBILIZADO	CUSTO DE MANUTENÇÃO	TOTAL	TOTAL 2T13 X 2T12
Concessões Rodoviárias	124,8	27,8	152,6	71,8	22,6	94,4	61,6%
Ecovias dos Imigrantes	49,7	10,6	60,3	11,9	13,9	25,8	133,7%
Ecopistas	45,1	-	45,1	33,8	-	33,8	33,4%
Ecovia Caminho do Mar	3,3	8,4	11,7	7,9	2,0	9,9	18,2%
Ecocataratas	15,5	6,8	22,3	5,8	6,9	12,7	75,6%
Ecosul - Rodovias do Sul	11,1	1,9	13,0	8,8	(0,2)	8,6	51,2%
ECO101	0,1	-	0,1	3,6	-	3,6	-97,2%
Ecoporto Santos	3,7	-	3,7	7,0	-	7,0	-47,1%
Serviços	3,9	-	3,9	4,0	-	4,0	-2,5%
Holding	0,1	-	0,1	0,1	-	0,1	0,0%
CAPEX	132,5	27,8	160,3	82,9	22,6	105,5	51,9%
Aplicação IFRS 10							
Logística (80%)	10,2	-	10,2	7,9	-	7,9	29,1%
STP (12,75%)	2,1	-	2,1	2,1	-	2,1	0,0%
CAPEX PRÓ-FORMA	144,8	27,8	172,5	92,9	22,6	115,5	49,4%

Comentário do Desempenho

CAPEX (em milhões de R\$)	IS13			IS12			Var	
	INTANGIVEL/ IMOBILIZADO	CUSTO DE MANUTENÇÃO	TOTAL	INTANGIVEL/ IMOBILIZADO	CUSTO DE MANUTENÇÃO	TOTAL	TOTAL IS13 X IS12	
Concessões Rodoviárias	224,9	45,9	270,8	115,8	38,0	153,8		76,1%
Ecovias dos Imigrantes	95,5	19,3	114,8	21,2	26,7	47,9		139,7%
Ecopistas	69,6	-	69,6	45,9	-	45,9		51,6%
Ecovia Caminho do Mar	20,2	10,5	30,7	11,5	2,0	13,5		127,4%
Ecocataratas	23,9	13,8	37,7	20,6	9,3	29,9		26,1%
Ecosul - Rodovias do Sul	14,9	2,3	17,2	13,0	0,0	13,0		32,3%
ECO101	0,8	-	0,8	3,6	-	-		-
Ecoporto Santos	12,2	-	12,2	7,0	-	7,0		74,3%
Serviços	5,7	-	5,7	7,2	-	7,2		-20,8%
Holding	0,1	-	0,1	0,2	-	0,2		-50,0%
CAPEX	242,9	45,9	288,8	130,2	38,0	168,2		71,7%
Aplicação IFRS 10								
Elog (80%)	33,8	-	33,8	17,8	-	17,8		89,9%
STP (12,75%)	3,7	-	3,7	3,2	-	3,2		15,6%
CAPEX PRÓ-FORMA	280,4	45,9	326,3	151,2	38,0	189,2		72,5%

CAPEX ESTIMADO (em milhões de R\$)	2013		
	INTANGIVEL/ IMOBILIZADO	CUSTO DE MANUTENÇÃO	TOTAL
Concessões Rodoviárias (100%)	567,9	125,6	693,5
Ecovias dos Imigrantes	199,9	72,1	272,0
Ecopistas	190,1	-	190,1
Ecovia Caminho do Mar	15,3	13,8	29,1
Ecocataratas	33,7	37,2	70,9
Ecosul - Rodovias do Sul	40,1	2,5	42,6
ECO101	88,8	-	88,8
Elog (100%)	62,3	-	62,3
Ecoporto Santos	80,2	-	80,2
TOTAL	710,4	125,6	836,0

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“EcoRodovias”, “EcoRodovias Infraestrutura” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações com sede em São Paulo - SP, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. A Companhia iniciou suas atividades em 7 de novembro de 2000 e tem por objeto operar ativos de logística intermodal, por meio da exploração de concessão de rodovias, assim como exploração de negócios de logística, tais como retroáreas, armazéns alfandegados, centros de distribuição, terminais portuários, entre outros, e a participação em outras empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32 município de São Paulo - SP. As ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores, sob a sigla “ECOR3”.

As controladas diretas e indiretas da Companhia estão sumariadas na nota explicativa nº 4.

A EcoRodovias e suas controladas são também designadas como “Grupo EcoRodovias” ao longo deste relatório.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., para o período findo em 30 de junho de 2013 foram autorizadas para emissão pela Diretoria, após apreciação pelo Comitê de Auditoria, em 5 de agosto de 2013.

2. BASE DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia compreendem:

As informações contábeis intermediárias individuais elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como “Individual - BR GAAP”, e

As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como “Consolidado - IFRS e BR GAAP”.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais práticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas nº 2 e 3 às Demonstrações

Notas Explicativas

Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012”), publicadas no dia 15 de março de 2013 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Valor Econômico e Brasil Econômico (formato sintético) e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

No semestre findo em 30 de junho de 2013, novas normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e IASB entraram em vigor e que foram aplicadas pela primeira vez pela Companhia. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e aplicou as normas CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e CPC 19 (R2) / IFRS 11 – Negócios em Conjunto.

Até o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Companhia consolidava proporcionalmente a sua participação nos ativos, passivos e resultados das empresas Elog S.A. e STP Serviço de Tecnologia e Pagamentos S.A., na proporcionalidade de 80% e 12,75%, respectivamente. Com a adoção do IFRS10 e IFRS11, a Companhia deixou de realizar essa consolidação proporcional e passou a apresentar os efeitos de ativos e passivos na linha de investimentos e do resultado, como equivalência patrimonial.

A Companhia, em função da aplicação dessas novas normas, está rerepresentando o balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 e as demonstrações do resultado para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2012, como segue:

Notas Explicativas**Balanços patrimoniais**

Contas	Em 01/01/12 (data de transição)			Em 31/12/12 (data do último exercício apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	Reapresentado	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	Reapresentado
Ativos						
Ativos circulantes:						
Caixa e equivalentes de caixa	604.551	(74.523)	530.028	946.916	(167.935)	778.981
Títulos e valores mobiliários	30.106	-	30.106	28.498	-	28.498
Clientes	176.505	(102.486)	74.019	254.032	(104.144)	149.888
Impostos a recuperar	27.403	(3.268)	24.135	31.948	(3.768)	28.180
Despesas antecipadas	8.503	(4.196)	4.307	7.603	(616)	6.987
Outros créditos	<u>30.564</u>	<u>(5.374)</u>	<u>25.190</u>	<u>40.784</u>	<u>(18.464)</u>	<u>22.320</u>
Total dos ativos circulantes	<u>877.632</u>	<u>(189.847)</u>	<u>687.785</u>	<u>1.309.781</u>	<u>(294.927)</u>	<u>1.014.854</u>
Ativos não circulantes:						
Títulos e valores mobiliários	37.201	-	37.201	50.658	-	50.658
Imposto de renda e contribuição social diferidos	68.444	(4.339)	64.105	59.371	(5.009)	54.362
Depósitos judiciais	25.242	(7.361)	17.881	91.129	(11.657)	79.472
Ativos indenizatórios	2.870	(2.870)	-	3.632	(3.632)	-
Outros créditos	6.383	(6.383)	-	32.537	(1.981)	30.556
Despesas antecipadas	410	(20)	390	360	(20)	340
Investimentos	10	258.554	258.564	10	275.496	275.506
Propriedade para investimento	51.603	(51.603)	-	-	-	-
Imobilizado	287.933	(181.087)	106.846	590.719	(185.708)	405.011
Intangível	<u>2.798.709</u>	<u>(190.875)</u>	<u>2.607.834</u>	<u>4.057.759</u>	<u>(185.052)</u>	<u>3.872.707</u>
Total dos ativos não circulan tes	<u>3.278.805</u>	<u>(185.984)</u>	<u>3.092.821</u>	<u>4.886.175</u>	<u>(117.563)</u>	<u>4.768.612</u>
Total dos ativos	<u>4.156.437</u>	<u>(375.831)</u>	<u>3.780.606</u>	<u>6.195.956</u>	<u>(412.490)</u>	<u>5.783.466</u>

Notas Explicativas

Contas	Em 01/01/12 (data de transição)			Em 31/12/12 (data do último exercício apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas		Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	
			Reapresentado			Reapresentado
Passivos						
Passivos circulantes:						
Fornecedores	131.851	(93.247)	38.604	150.138	(91.649)	58.489
Empréstimos e financiamentos	161.120	(14.714)	146.406	804.722	(2.298)	802.424
Arrendamento mercantil	2.016	(922)	1.094	599	(351)	248
Debêntures	378.634	(12.626)	366.008	207.144	(7.118)	200.026
Impostos, taxas e contribuições a recolher	21.566	(4.826)	16.740	30.795	(5.134)	25.661
Obrigações sociais	30.354	(8.712)	21.642	54.309	(11.796)	42.513
Programa de parcelamento Especial - REFIS	259	14	273	1.848	(122)	1.726
Empresas relacionadas	1.787	(502)	1.285	5.163	-	5.163
Credor pela concessão	17.082	-	17.082	18.158	-	18.158
Provisão para imposto de renda e contribuição social	20.152	(1.744)	18.408	29.397	(1.632)	27.765
Provisão para manutenção	38.286	-	38.286	63.531	-	63.531
Provisão para construção de obras futuras	12.527	-	12.527	2.141	-	2.141
Outras contas a pagar	<u>46.296</u>	<u>(14.983)</u>	<u>31.313</u>	<u>66.491</u>	<u>(26.636)</u>	<u>39.855</u>
Total dos passivos circulantes	<u>861.930</u>	<u>(152.262)</u>	<u>709.668</u>	<u>1.434.436</u>	<u>(146.736)</u>	<u>1.287.701</u>
Passivos não circulantes:						
Empréstimos e financiamentos	189.187	(76.705)	112.482	164.346	(2.425)	161.921
Arrendamento mercantil	641	(395)	246	64	(64)	-
Debêntures	944.565	(122.259)	822.306	2.107.637	(238.016)	1.869.621
REFIS	2.710	(2.048)	662	11.905	(3.139)	8.766
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.430	(67)	24.363	2.880	(289)	2.591
Outras contas a pagar	4.952	(1.674)	3.278	46.705	(1.259)	45.446
Provisão para manutenção	133.259	-	133.259	115.131	-	115.131
Provisão para obras futuras	1.929	-	1.929	10.040	-	10.040
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	52.634	(20.421)	32.213	127.004	(20.563)	106.441
Credor pela concessão	<u>55.099</u>	<u>-</u>	<u>55.099</u>	<u>50.321</u>	<u>-</u>	<u>50.321</u>
Total dos passivos não circulantes	<u>1.409.406</u>	<u>(223.569)</u>	<u>1.185.837</u>	<u>2.636.033</u>	<u>(265.755)</u>	<u>2.370.278</u>
Total dos passivos	<u>2.271.336</u>	<u>(375.831)</u>	<u>1.895.505</u>	<u>4.070.469</u>	<u>(412.490)</u>	<u>3.657.979</u>
Capital e reservas:						
Capital social	1.320.549	-	1.320.549	1.320.549	-	1.320.549
Reservas de lucros - legal	90.751	-	90.751	111.855	-	111.855
Reservas de lucros - orçamentos de capital	388.105	-	388.105	578.037	-	578.037
Reservas de lucros - dividendos adicionais	51.431	-	51.431	65.268	-	65.268
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	<u>31.224</u>	<u>-</u>	<u>31.224</u>	<u>31.867</u>	<u>-</u>	<u>31.867</u>
Atribuído a participação de acionistas controladores	1.882.060	-	1.882.060	2.107.576	-	2.107.576
Participação dos acionistas não controladores	<u>3.041</u>	<u>-</u>	<u>3.041</u>	<u>17.911</u>	<u>-</u>	<u>17.911</u>
Total do patrimônio líquido	<u>1.885.101</u>	<u>-</u>	<u>1.885.101</u>	<u>2.125.487</u>	<u>-</u>	<u>2.125.487</u>
Total dos passivos e patrimônio líquido	<u>4.156.437</u>	<u>(375.831)</u>	<u>3.780.606</u>	<u>6.195.956</u>	<u>(412.490)</u>	<u>5.783.466</u>

Notas ExplicativasDemonstração do resultado

Contas	Trimestre findo em 30/06/2012		Semestre findo em 30/06/2012 (período comparativo deste relatório)	
	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas
Receita líquida	521.219	(78.619)	996.821	(149.052)
Custo dos serviços prestados	(258.309)	50.817	(479.336)	100.989
Lucro bruto	262.910	(27.802)	517.485	(48.063)
Despesas gerais e administrativas	(67.579)	20.402	(108.071)	33.765
Outras receitas líquidas	618	(93)	595	(238)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(2.973)	-	(4.872)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	195.949	(10.466)	410.009	(19.408)
Resultado financeiro	(55.810)	6.809	(97.055)	11.844
Lucro antes de impostos	140.139	(3.657)	312.954	(7.564)
Imposto de renda e contribuição social	(54.266)	3.657	(118.633)	7.564
Lucro consolidado do período	85.873	-	194.321	-
Atribuído a acionistas controladores	84.424	-	191.851	-
Atribuído a acionistas não controladores	1.449	-	2.470	-
				Reapresentado
				847.769
				(378.347)
				469.422
				(74.306)
				357
				(4.872)
				390.601
				(85.211)
				305.390
				(111.069)
				194.321
				-
				191.851
				-
				2.470
				-
				2.470

Notas ExplicativasFluxo de caixa

	Em 30/06/2012 (período comparativo deste relatório)		
	Originalmente <u>divulgado</u>	Efeito da transição para as novas <u>normas</u>	<u>Reapresentado</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais	312.730	4.974	317.704
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(866.854)	32.328	(834.526)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	359.483	(295)	359.188
	(194.641)	37.007	(157.634)

Demonstração do Valor Adicionado

<u>Contas</u>	Semestre findo em 30/06/12 (período comparativo deste relatório)		
	Originalmente <u>divulgado</u>	Efeito da transição para as novas <u>normas</u>	<u>Reapresentado</u>
Receitas	1.102.769	(176.335)	926.434
Insumos adquiridos de terceiros	(359.334)	73.658	(285.676)
Valor Adicionado bruto	743.435	(102.677)	640.758
Retenções – Depreciação	(96.776)	16.750	(80.026)
Valor Adicionado líquido produzido	646.659	(85.927)	560.732
Valor Adicionado recebido em transferência	41.661	(12.227)	29.434
Receitas Financeiras	40.919	(6.613)	34.306
Equivalência Patrimonial	-	(4.872)	(4.872)
Outros	742	(742)	-
Valor Adicionado Total a Distribuir	688.320	(98.154)	590.166
Distribuição do Valor Adicionado	688.320	(98.154)	590.166
Pessoal	133.304	(46.710)	86.594
Impostos, taxas e Contribuições	222.721	(32.987)	189.734
Remuneração de Capitais de Terceiros	137.974	(18.457)	119.517
Remuneração de Capitais Próprios	194.321	-	194.321

Demonstração do Resultado Abrangente

Não houve efeitos da aplicação dos novos pronunciamentos na Demonstração do Resultado Abrangente.

Outros pronunciamentos aplicáveis em 2013, divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, não tiveram impacto sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia.

Notas Explicativas

Além dos impactos do CPC36 e visando a uniformidade e comparabilidade das informações contábeis intermediárias, a Companhia apresenta a seguir as reclassificações realizadas em seu balanço patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

<u>Balanço patrimonial consolidado</u>	<u>Originalmente divulgado</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Reapresentado</u>
<u>Ativo</u>			
<u>Circulante</u>			
Títulos e valores Mobiliários	28.498	38.224	66.722
<u>Não Circulante</u>			
Tributos diferidos	54.362	505.008	559.370
Títulos e valores mobiliários	50.658	(38.224)	12.434
Intangível	3.872.707	(482.899)	3.389.808
<u>Passivo</u>			
<u>Não Circulante</u>			
Tributos diferidos	(2.591)	(22.109)	(24.700)
	4.003.634	-	4.003.634

4. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem a Companhia e suas controladas majoritariamente detidas e participações em entidades nas quais a Companhia é considerada a beneficiária primária, ou seja, detentora dos principais riscos e benefícios (mesmo quando a Companhia não detiver a maioria das ações com direito a voto). Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3, a Companhia adotou o critério da contabilização pelo método da Equivalência Patrimonial dos investimentos controlados em conjunto descritos em grupo específico abaixo.

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Controladas diretas:		
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (i)	100,00%	100,00%
EIL01 Participações S.A. (ii)	100,00%	100,00%
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (iii)	80,00%	80,00%
EIL02 S.A. (iv)	100,00%	100,00%
Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A. (v)	100,00%	100,00%
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. (vi)	100,00%	100,00%
Termlog - Transporte e Logística Ltda. (vii)	100,00%	100,00%
Controladas em conjunto:		
Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.) (viii)	80,00%	80,00%
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (ix)	12,75%	12,75%

Notas Explicativas

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Controladas indiretas:		
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.:		
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (x)	100,00%	100,00%
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (xi)	100,00%	100,00%
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (xii)	90,00%	90,00%
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (xiii)	100,00%	100,00%
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (xiv)	100,00%	100,00%
Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.):		
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (xv)	100,00%	100,00%
ELG-01 Participações Ltda. (xvi)	100,00%	100,00%
Elog Logística Sul Ltda. (xvii)	100,00%	100,00%
Anish Empreendimentos e Participações Ltda. (xiii)	100,00%	100,00%
Paquetá Participações Ltda. (xix)	100,00%	100,00%

- a) As atividades e as principais informações econômicas das controladas diretas, indiretas e em conjunto são conforme segue:

Controladas diretas

- (i) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para outras empresas do Grupo EcoRodovias. A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. controla as empresas do segmento de concessionárias de rodovias de Grupo EcoRodovias, são elas: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas e a Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas. A seguir a Companhia apresenta o quadro consolidado da EcoRodovias Concessões e Serviços e suas controladas.

Notas Explicativas

30.06.2013

	Companhia	Ecopistas	Ecocataratas	Ecovias	Ecosul	Ecovia	Subtotal	Eliminações	Consolidado
<u>Ativo</u>									
Circulante	413.712	72.323	30.711	550.224	19.010	12.144	1.098.124	(28.295)	1.069.829
Não circulante	1.230.835	952.192	484.891	1.078.032	141.005	154.809	4.041.764	(1.126.690)	2.915.074
Total	<u>1.644.547</u>	<u>1.024.515</u>	<u>515.602</u>	<u>1.628.256</u>	<u>160.015</u>	<u>166.953</u>	<u>5.139.888</u>	<u>(1.154.985)</u>	<u>3.984.903</u>
Passivo e patrimônio líquido									
Circulante	38.568	87.329	80.975	212.566	97.379	126.846	643.663	(27.146)	616.517
Não circulante	812.252	694.759	91.925	1.032.965	19.083	14.413	2.665.397	(95.093)	2.570.304
Participação minoritários	-	-	-	-	-	-	-	4.355	4.355
Patrimônio líquido	<u>793.727</u>	<u>242.427</u>	<u>342.702</u>	<u>382.725</u>	<u>43.553</u>	<u>25.694</u>	<u>1.830.828</u>	<u>(1.037.101)</u>	<u>793.727</u>
Total	<u>1.644.547</u>	<u>1.024.515</u>	<u>515.602</u>	<u>1.628.256</u>	<u>160.015</u>	<u>166.953</u>	<u>5.139.888</u>	<u>(1.154.985)</u>	<u>3.984.903</u>
Demonstração do resultado									
									30.06.2013
Receita líquida	55.961	168.568	130.579	441.243	102.550	112.680	1.011.581	(61.753)	949.828
Custos	(36.380)	(105.067)	(79.894)	(187.564)	(37.203)	(52.890)	(498.998)	38.360	(460.638)
Lucro bruto	19.581	63.501	50.685	253.679	65.347	59.790	512.583	(23.393)	489.190
Receitas (despesas)	(2.383)	(7.386)	(9.848)	(22.672)	(7.941)	(8.777)	(59.007)	23.394	(35.613)
Equivalência	238.806	-	-	-	-	-	238.806	(238.806)	-
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	256.004	56.115	40.837	231.007	57.406	51.013	692.382	(238.805)	453.577
Resultado financeiro	(41.467)	(40.117)	(7.809)	(25.154)	(3.632)	(4.520)	(122.699)	-	(122.699)
Lucro operacional antes dos impostos	214.537	15.998	33.028	205.853	53.774	46.493	569.683	(238.805)	330.878
Imposto de renda e Contribuição social	(33)	(3.908)	(8.202)	(66.857)	(18.182)	(15.633)	(112.815)	-	(112.815)
Lucro do exercício	214.504	12.090	24.826	138.996	35.592	30.860	456.868	(238.805)	218.063
Atribuível a:									
Companhia	214.504	12.090	24.826	138.996	32.033	30.860	453.309	(238.805)	214.504
Outros acionistas	-	-	-	-	3.559	-	3.559	-	3.559

Notas Explicativas

- (ii) A EIL01 Participações S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. A seguir as principais informações acerca deste investimento que refletem na consolidação da Companhia:

<u>Contas</u>	EIL01
	<u>30.06.2013</u>
Ativo Circulante	1
Ativo não Circulante	-
Total do Ativo	<u>1</u>
Patrimônio Líquido	<u>1</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u>1</u>
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	189
Resultado Financeiro	122
Lucro Operacional antes dos impostos	<u>311</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(94)</u>
Lucro Líquido do Exercício	<u>217</u>
Atribuível a:	
Companhia	<u>217</u>
Outros acionistas	

- (iii) A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., constituída em 22 de março de 2012, tem por objeto social a exploração de concessão do Sistema Rodoviário BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A companhia detém 80% na participação da ECO101, bem como o controle da mesma através do Acordo de Acionistas com sua parceira de negócios SBS Engenharia e Construções S.A. A seguir as principais informações, em seu valor integral, acerca deste investimento:

<u>Contas</u>	ECO101
	<u>30.06.2013</u>
Ativo Circulante	62.905
Ativo não Circulante	<u>6.332</u>
Total do Ativo	<u>69.237</u>
Passivo Circulante	1.316
Passivo Não Circulante	-
Patrimônio Líquido	<u>67.921</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u>69.237</u>
Receita Líquida	-
Custo dos serviços prestados	<u>(5.713)</u>
Prejuízo bruto	<u>(5.713)</u>
Receitas (despesas) operacionais	(2.100)
Prejuízo Operacional antes do resultado financeiro	(7.813)
Resultado Financeiro	2.203
Prejuízo Operacional antes dos impostos	(5.610)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-
Lucro Líquido do Exercício	(5.610)
Atribuível a:	
Companhia	(4.488)
Outros acionistas	(1.122)

Notas Explicativas

- (iv) A EIL02 S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. A seguir as principais informações, em seu valor integral, acerca deste investimento:

<u>Contas</u>	EIL02
	<u>30.06.2013</u>
Ativo Circulante	1
Ativo não Circulante	-
Total do Ativo	<u>1</u>
Passivo Circulante	-
Passivo Não Circulante	-
Patrimônio Líquido	<u>1</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u>1</u>

- (v) O Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A. (atualmente chamado de Ecoporto Santos) é uma empresa brasileira que realiza operações portuárias e também o manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação, com terminal próprio no Porto de Santos, nos termos da licitação 06/97 da Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp.
- (vi) A Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda, (atualmente chamada de Ecoporto Alfandegado) é uma empresa brasileira, dedicada ao manuseio e à armazenagem de cargas de importação e exportação sob controle aduaneiro.
- (vii) A Termlog Transporte e Logística Ltda. (atualmente chamada de Ecoporto Transportes) atua na movimentação interna de contêineres das empresas Tecondi e Termares, e expande seus serviços para atender ao mercado de transporte de carga fracionada e de distribuição.

As empresas Tecondi – Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A., Termares – Terminais Marítimos Especializados Ltda e Termlog Transporte e Logística Ltda, formam o “Ecoporto Santos” (ex-Complexo Tecondi). Desta forma a Companhia apresenta abaixo, de forma consolidada os efeitos nas informações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas

<u>Contas</u>	30.06.2013					
	Tecondi	Termares	Termlog	Combinado	Eliminações	Consolidado
Ativo Circulante	202.616	21.031	13.349	236.996	-	236.996
Ativo não circulante	671.023	67.380	11.236	749.639	38.500	711.139
Total do Ativo	873.639	88.411	24.585	986.635	38.500	948.135
Passivo Circulante	191.766	10.502	5.975	208.243	38.500	169.743
Passivo não Circulante	647.881	15.940	8.486	672.307	-	672.307
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	33.992	61.969	10.124	106.085	-	106.085
Total do passivo e PL	873.639	88.411	24.585	986.635	38.500	948.135
Receita	212.038	61.285	21.384	294.707	22.319	272.388
Custos	107.316	- 21.287	8.520	137.123	22.319	114.804
Lucro Bruto	104.722	39.998	12.864	157.584	-	157.584
Receitas (despesas)	50.784	- 25.867	578	77.229	-	77.229
Equivalência	-	-	-	-	-	-
Lucro Operacional antes resultado financeiro	53.938	14.131	12.286	80.355	-	80.355
Resultado financeiro	31.436	32	335	31.803	-	31.803
Lucro Operacional antes dos impostos	22.502	14.099	11.951	48.552	-	48.552
IR E CS	5.063	4.496	793	10.352	-	10.352
Lucro líquido do exercício	17.439	9.603	11.158	38.200	-	38.200
Atribuível a:					-	-
Companhia	17.439	9.603	11.158	38.200	-	38.200
Outros Acionistas	-	-	-	-	-	-

Notas Explicativas

Controladas em conjunto

- (viii) A Elog S.A., anteriormente denominada Elog Sudeste S.A., tem por atividade a prestação de serviços de armazéns-gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para a guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes. Além disso é a holding do segmento de logística da Companhia. Em atendimento ao CPC36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, a Elog S.A., deixou de ser consolidada proporcionalmente (80%) pela Companhia e passa a ser registrada apenas pelo método da equivalência patrimonial, vide Nota Explicativa nº 3. A seguir a Companhia apresenta o total das operações da Elog S.A. incluindo suas controladas na visão de 100% das operações:

Notas Explicativas

30.06.2013

<u>Contas</u>	Elog S.A.	Elog Sul	Ecopátio Cubatão	ELG-01	Anish Emp.	Paquetá Particip.	Combinado	Eliminações	Total de operações Logísticas
Ativo Circulante	187.076	22.590	9.785	6	145	-	219.602	(2.649)	216.953
Ativo não Circulante	<u>506.019</u>	<u>34.953</u>	<u>140.996</u>	<u>45.772</u>	<u>45.177</u>	<u>11.000</u>	<u>783.917</u>	<u>(287.815)</u>	<u>496.102</u>
Total do Ativo	<u>693.095</u>	<u>57.543</u>	<u>150.781</u>	<u>45.778</u>	<u>45.322</u>	<u>11.000</u>	<u>1.003.519</u>	<u>(290.464)</u>	<u>713.055</u>
Passivo Circulante	58.964	13.275	3.808	1	172	-	76.220	(2.649)	73.571
Passivo Não Circulante	326.396	10.219	462	-	-	-	337.077	(5.329)	331.748
Patrimônio Líquido	<u>307.735</u>	<u>34.049</u>	<u>146.511</u>	<u>45.777</u>	<u>45.150</u>	<u>11.000</u>	<u>590.222</u>	<u>(282.486)</u>	<u>307.736</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u>693.095</u>	<u>57.543</u>	<u>150.781</u>	<u>45.778</u>	<u>45.322</u>	<u>11.000</u>	<u>1.003.519</u>	<u>(290.464)</u>	<u>713.055</u>
Receita Líquida	91.473	43.835	18.109	-	-	-	153.417	(62)	153.355
Custo dos serviços prestados	<u>(75.103)</u>	<u>(28.718)</u>	<u>(16.102)</u>	-	-	-	<u>(119.923)</u>	<u>(6.683)</u>	<u>(126.606)</u>
Lucro bruto	<u>16.370</u>	<u>15.117</u>	<u>2.007</u>	-	-	-	<u>33.494</u>	<u>(6.745)</u>	<u>26.749</u>
Receitas (despesas) operacionais	<u>(33.821)</u>	<u>(4.083)</u>	<u>(238)</u>	<u>(31)</u>	<u>(774)</u>	<u>(12)</u>	<u>(38.959)</u>	<u>6.744</u>	<u>(32.215)</u>
Equivalência patrimonial	7.880	-	-	(781)	(12)	-	7.087	(7.087)	-
Lucro/Prejuízo Operacional antes do resultado financeiro	<u>(9.571)</u>	<u>11.034</u>	<u>1.769</u>	<u>(812)</u>	<u>(786)</u>	<u>(12)</u>	<u>1.622</u>	<u>(7.088)</u>	<u>(5.466)</u>
Resultado Financeiro	<u>(10.064)</u>	<u>(223)</u>	<u>(86)</u>	-	<u>5</u>	-	<u>(10.368)</u>	-	<u>(10.368)</u>
Lucro/Prejuízo Operacional antes dos impostos	<u>(19.635)</u>	<u>10.811</u>	<u>1.683</u>	<u>(812)</u>	<u>(781)</u>	<u>(12)</u>	<u>(8.746)</u>	<u>(7.088)</u>	<u>(15.834)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	8.705	(3.459)	(342)	-	-	-	4.904	-	4.904
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	<u>(10.930)</u>	<u>7.352</u>	<u>1.341</u>	<u>(812)</u>	<u>(781)</u>	<u>(12)</u>	<u>(3.842)</u>	<u>(7.088)</u>	<u>(10.930)</u>
Atribuível a:									
Companhia	<u>(8.744)</u>	<u>7.352</u>	<u>1.341</u>	<u>(812)</u>	<u>(781)</u>	<u>(12)</u>	<u>(3.842)</u>	<u>(7.088)</u>	<u>(8.744)</u>
Outros acionistas	<u>(2.186)</u>	-	-	-	-	-	-	-	<u>(2.186)</u>

Notas Explicativas

- (ix) A Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP tem por atividade operar os serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos - IAV no Brasil, a STP está presente em 52 concessionárias de rodovias no País, nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, , Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A Companhia detém 12,75% do capital social da STP, na qual há controle compartilhado mediante a existência de Acordo de Acionistas. Em atendimento ao CPC36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, a STP, deixou de ser consolidada proporcionalmente pela Companhia e passa a ser registrada apenas pelo método da equivalência patrimonial, vide Nota Explicativa nº 3. A seguir, a Companhia apresenta as principais informações deste investimento na visão de 100% de suas operações:

<u>Contas</u>	STP
	<u>30.06.2013</u>
Ativo Circulante	825.749
Ativo não Circulante	<u>132.965</u>
Total do Ativo	<u>958.714</u>
Passivo Circulante	754.439
Passivo Não Circulante	2.573
Patrimônio Líquido	<u>201.702</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u>985.714</u>
Receita Líquida	268.855
Custo dos serviços prestados	<u>(81.373)</u>
Lucro bruto	<u>187.482</u>
Receitas (despesas) operacionais	(6.110)
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	121.372
Resultado Financeiro	3.357
Lucro Operacional antes dos impostos	124.729
Imposto de Renda e Contribuição Social	(42.619)
Lucro Líquido do Exercício	82.110
Atribuível a:	
Companhia	10.469
Outros Acionistas	71.641

Controladas indiretas

- (x) A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.
- (xi) A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

Notas Explicativas

- (xii) A Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001, e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.
- (xiii) A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do Corredor Ayrton Senna - Carvalho Pinto.
- (xiv) A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, constituída em 3 de novembro de 1997, tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277, trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado, conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná.

Em decorrência de reestruturação societária através de aporte de capital ocorrido em 30 de março de 2012, a Ecocataratas passou a ser controlada direta da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

- (xv) A Ecopátio Logística Cubatão Ltda. foi constituída em 5 de abril de 2006, com a atividade de administrar o terminal intermodal e regulador de fluxo de caminhões, cargas e contêineres com destino ao Porto de Santos. Esse terminal está localizado no município de Cubatão - SP e possui uma área de 442,7 mil m² que permitiu a criação de vagas para caminhões, cargas e contêineres. Essa área, pertencente ao município de Cubatão - SP, é objeto de concessão de acordo com Escritura Pública de Contrato de Concessão Real de Uso de Imóvel do Patrimônio Municipal de Cubatão, com prazo final em maio de 2026. A Ecopátio Cubatão atua como um terminal alfandegado desde 2010, quando passou a operar como terminal de exportação sob licença Redex - Recinto Especial de Despacho Aduaneiro de Exportação. A sede da companhia fica localizada na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, km 263.
- (xvi) A ELG-01 Participações Ltda., constituída em 27 de novembro de 2009, tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
- (xvii) A Elog Logística Sul Ltda., anteriormente denominada EADI Sul Terminal de Cargas Ltda., tem por atividade preponderante a prestação de serviços de armazéns-gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes.
- (xviii) A Anish Empreendimentos e Participações Ltda. tem por objeto empreendimentos imobiliários, administração por conta própria de bens imóveis e participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, "holding", acionista ou cotista.

Notas Explicativas

(xix) A Paquetá Participações Ltda. tem por objetivo a administração de bens próprios, tais como, mas não limitados a, imóveis, títulos mobiliários e ativos financeiros de qualquer natureza e a participação direta ou indireta na qualidade de sócia ou acionista de quaisquer sociedades.

b) Reestruturação societária

Não houveram modificações societárias no semestre findo em 30 de junho de 2013. As reestruturações ocorridas em 2012 estão descritas nas Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

c) Combinação de negócios

Não houve combinação de negócios no semestre findo em 30 de junho de 2013. A combinação de negócios ocorrida em 2012 está descrita nas Demonstrações Financeiras Anuais à exemplo da Nota Explicativa 4.b.

d) Venda de participação

Não houve venda de participação no semestre findo em 30 de junho de 2013. A venda de participação ocorrida em 2012 está descrita nas Demonstrações Financeiras Anuais à exemplo da Nota Explicativa 4.b.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e bancos	93	77	14.661	31.778
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	85.366	336.004	1.140.091	418.238
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (b)	<u>298</u>	<u>99.540</u>	<u>54.760</u>	<u>328.965</u>
	<u>85.757</u>	<u>435.621</u>	<u>1.209.512</u>	<u>778.981</u>

(a) Fundo constituído na forma de fundo de investimento, que se enquadra na categoria “renda fixa crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e a Companhia possui o direito de resgate imediato e sem o risco de mudança significativa de valor.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

O Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2013, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 61,6% em CDB, 1,8% em títulos públicos federais, 34,0% em compromissada e 2,6% em Letras Financeiras - LF.

As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos não vinculados se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados à taxa média ponderada de 97,14% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses, possuindo liquidez imediata, e a Companhia possui o direito de resgate imediato. A Companhia possui ainda aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis no final do mês são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 30 de junho de 2013, o valor aplicado nessa modalidade no consolidado é de R\$42.534 (R\$186.703 em 31 de dezembro de 2012).

O aumento de Caixa e equivalentes de caixa no semestre findo em 30 de junho de 2013 refere-se à segunda emissão de debêntures da controlada indireta Ecovias conforme nota explicativa nº 19.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS - CONSOLIDADO

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
CDBs (a)	23.257	28.498
Fundo de Investimento (a)	49.454	38.224
Poupança (b)	<u>12.775</u>	<u>12.434</u>
	<u>85.486</u>	<u>79.156</u>
Circulante	<u>72.711</u>	<u>66.722</u>
Não circulante	<u>12.775</u>	<u>12.434</u>

- a) Os CDBs e fundos de investimento são remunerados a taxas média ponderada de 98,6% do CDI e refletem as condições de mercado no fim de cada exercício. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures das controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 19).
- b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a controlada direta Ecopistas celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e utilizará os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental - CCA; os valores serão corrigidos

Notas Explicativas

pelo índice da poupança. Há um saldo de valor correspondente contabilizado no passivo não circulante referente à obrigação.

7. CLIENTES - CONSOLIDADO

A composição está assim representada:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Nacional (a)		
Partes Relacionadas – STP (nota explicativa nº 20)	68.400	63.239
Demais clientes	72.656	70.995
Internacional (b)	13.486	10.765
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD (c)	<u>(3.374)</u>	<u>(2.239)</u>
	<u>151.168</u>	<u>142.760</u>

(a) Representados substancialmente por clientes de logística, portos, locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, ocupação de faixa de domínio, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

(b) Representados substancialmente por clientes do segmento portuário.

(c) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, substancialmente das operações dos portos.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
A vencer	<u>141.350</u>	<u>134.847</u>
Vencidos:		
Até 30 dias	5.365	3.616
De 31 a 90 dias	2.169	2.094
De 91 a 180 dias	2.284	2.203
Acima de 180 dias	<u>3.374</u>	<u>2.239</u>
	<u>154.542</u>	<u>144.999</u>

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial	2.239	80
Constituição de PCLD no período	1.201	2.853
Valores recuperados no período	<u>(66)</u>	<u>(694)</u>
Saldo final	<u>3.374</u>	<u>2.239</u>

Para determinar a recuperação do contas a receber de cliente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do exercício. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes.

Notas Explicativas

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte -				
IRRF a recuperar	16.091	13.812	34.636	26.693
Lei Rouanet nº 8.313/91	-	-	650	34
Contribuição Social sobre o Lucro				
Líquido - CSLL a recuperar	-	-	-	341
ISS a recuperar	-	-	-	128
Outros	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>7.288</u>	<u>984</u>
	<u>16.098</u>	<u>13.812</u>	<u>42.574</u>	<u>28.180</u>

Notas Explicativas**9. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER - CONTROLADORA**

	<u>31/12/2012</u>	<u>Propostos</u>	<u>Recebidos</u>	<u>30/06/2013</u>
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	1.695	197.054	(196.118)	2.631
Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.)	12.337	-	-	12.337
Termares – Terminais Marítimos Especializados Ltda	-	26.913	(26.913)	-
Termlog Transporte e Logística Ltda	-	25.924	(25.924)	-
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	-	<u>5.326</u>	<u>(5.326)</u>	-
	<u>14.032</u>	<u>255.217</u>	<u>(254.281)</u>	<u>14.968</u>

10. DESPESAS ANTECIPADAS - CONSOLIDADO

O saldo de R\$9.868, classificado no ativo circulante e não circulante (R\$7.327 em 31 de dezembro de 2012), refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, aluguéis e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU. Detalhes adicionais sobre os seguros contratados estão descritos na nota explicativa nº 34.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia, através de suas controladas.

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Saldo inicial	79.472	17.881
Adição por aquisição de novas empresas	-	42.296
Adições	2.349	1.940
Baixas/estornos	(2.106)	(841)
Atualização monetária	<u>3.516</u>	<u>1.183</u>
Saldo final	<u>83.231</u>	<u>62.459</u>

Notas Explicativas

	Valores das investidas 30/06/2013		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do período	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	30/06/2012
a) Controladora								
Elog S.A. - vide nota explicativa nº 4.b)	-	-	-	-	-	-	-	(12.439)
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	793.727	214.504	100	100	793.727	776.115	214.504	213.009
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	201.702	82.110	12,75	12,75	25.717	20.574	10.469	8.281
Ecoporto Holding S.A. - vide nota explicativa nº 4.b)	-	-	-	-	-	-	-	3.178
EIL-01 Participações Ltda.	218	217	100	100	218	1	217	-
Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.) - vide nota explicativa nº 4.b)	307.735	(10.930)	80	80	246.188	254.941	(8.744)	-
Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A.(a)	33.992	17.439	100	100	33.992	12.593	21.399	-
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	61.969	9.603	100	100	61.969	79.279	9.603	-
Termlog Transporte e Logística Ltda.	10.124	11.159	100	100	10.124	24.889	11.159	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas - vide nota explicativa nº 4.b)	-	-	-	-	-	-	-	6.815
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	67.921	(5.610)	80	80	54.337	58.825	(4.488)	(94)
Lucros não realizados	-	-	-	-	(6.858)	(7.021)	163	(176)
					<u>1.219.414</u>	<u>1.220.196</u>	<u>254.282</u>	<u>218.574</u>

(a) No mês de março de 2013 foi reconhecido o valor de R\$3.960 de equivalência referente ao complemento do resultado de 2012 do Tecondi.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

A movimentação dos investimentos no semestre findo em 30 de junho de 2012 está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	<u>Dividendos e juros sobre o capital próprio</u>	<u>Aumento de de capital</u>	<u>Reestruturação Societária</u>	<u>Plano de opção com base em ações</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>30/06/2012</u>
Elog S.A.	241.334	-	-	-	-	(13.153)	228.181
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	857.341	(203.531)	-	305.432	81	213.009	1.172.332
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	17.367	(4.101)	-	-	-	8.281	21.547
Ecoporto Holding S.A.	1	-	716.550	-	-	3.178	719.729
EIL-01 Participações S.A.	-	1	-	-	-	-	1
Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas	298.617	-	-	(305.432)	-	6.815	-
PPA Elog S.A.	-	-	-	-	-	714	714
Eco 101 Concessionária de Rodovias S.A.	-	-	60.000	-	-	(94)	59.906
Lucros não realizados - ELG001	-	-	-	-	-	(339)	(339)
Lucros não realizados - Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	(7.348)	-	-	-	-	163	(7.185)
	<u>1.407.312</u>	<u>(207.631)</u>	<u>776.550</u>	<u>-</u>	<u>81</u>	<u>218.574</u>	<u>2.194.886</u>

Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos no semestre findo em 30 de junho de 2013 está apresentada a seguir:

	31/12/2012	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	Reclassificação Outros Créditos	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	30/06/2013
	(a)	(b)				
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	776.115	(197.054)	-	162	214.504	793.727
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	20.574	(5.326)	-	-	10.469	25.717
EIL-01 Participações Ltda.	1	-	-	-	217	218
Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.)	254.941	-	(9)	-	(8.744)	246.188
Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A.	12.593	-	-	-	21.399	33.992
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	79.279	(26.913)	-	-	9.603	61.969
Termlog Transporte e Logística Ltda.	24.889	(25.924)	-	-	11.159	10.124
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	58.825	-	-	-	(4.488)	54.337
Lucros não realizados	(7.021)	-	-	-	163	(6.858)
	<u>1.220.196</u>	<u>(255.217)</u>	<u>(9)</u>	<u>162</u>	<u>254.282</u>	<u>1.219.414</u>

(a) Vide nota explicativa nº 9.

(b) Refere-se a ajustes pela aplicação do CPC36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Os principais saldos das controladas (totais de ativos, passivos, receitas e lucro do exercício) estão apresentados na nota explicativa nº 4.

Notas Explicativas

Os saldos dos ágios na controladora classificados como “outros investimentos societários” (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	<u>31/12/2011</u>	<u>Amortização</u>	<u>30/06/2012</u>
Ágio - Ecosul	7.320	(256)	7.064
Ágio- Elog	<u>238.720</u>	<u>(148)</u>	<u>238.572</u>
	<u>246.040</u>	<u>(404)</u>	<u>245.636</u>
	<u>31/12/2012</u>	<u>Amortização</u>	<u>30/06/2013</u>
Ágio - Ecosul	6.809	(260)	6.549
Ágio - Elog	231.326	64	231.390
Ágio - Ecoportos	<u>758.017</u>	<u>(13.049)</u>	<u>744.968</u>
	<u>996.152</u>	<u>(13.245)</u>	<u>982.907</u>

b) Consolidado

	Valores das investidas 30/06/2013		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do período	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	30/06/2012
Elog S.A. - vide nota explicativa nº 4.b)	-	-	-	-	-	-	-	(13.153)
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	201.702	82.110	12,75	12,75	25.717	20.574	10.469	8.281
Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.) - vide nota explicativa nº 4.b)	307.735	(10.930)	80	80	<u>246.188</u> <u>271.905</u>	<u>254.932</u> <u>275.506</u>	<u>(8.744)</u> <u>1.725</u>	- <u>(4.872)</u>

13. IMOBILIZADO**a) Controladora**

	<u>Hardware e equipamentos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	241	109	248	1.577	2.757	4.932
Adições	102	1	-	-	76	179
Baixas	-	-	-	-	(15)	(15)
Depreciações	<u>(53)</u>	<u>(12)</u>	<u>(24)</u>	<u>(38)</u>	<u>(152)</u>	<u>(279)</u>
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>290</u>	<u>98</u>	<u>224</u>	<u>1.539</u>	<u>2.666</u>	<u>4.817</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	279	86	204	1.501	2.512	4.582
Adições	65	-	-	-	-	65
Depreciações	<u>(52)</u>	<u>(12)</u>	<u>(24)</u>	<u>(38)</u>	<u>(154)</u>	<u>(280)</u>
Saldo em 30 de junho de 2013	<u>292</u>	<u>74</u>	<u>180</u>	<u>1.463</u>	<u>2.358</u>	<u>4.367</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	3,7	10,0	

Notas Explicativas

b) Consolidado -

	Hardware e equipamentos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Imobiliz. em andamento	Benfeitorias	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	46.527	8.341	5.430	5.066	21.460	-	-	20.022	106.846
Aquisição de empresas	2.187	63.801	2.940	-	-	5.489	148.432	5.326	228.175
Adições	7.226	2.858	282	437	137	4.539	-	10.632	26.111
Baixas	-	(21)	(5)	-	-	-	(62)	(1.345)	(1.433)
Transferências	3.533	-	-	-	152	-	-	(1.546)	2.139
Depreciações	(7.676)	(1.734)	(426)	-	(820)	-	(931)	(1.280)	(12.867)
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>51.797</u>	<u>73.245</u>	<u>8.221</u>	<u>5.503</u>	<u>20.929</u>	<u>10.028</u>	<u>147.439</u>	<u>31.809</u>	<u>348.971</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	5,0	-	3,7	10,0	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	52.776	94.153	9.124	5.255	20.107	16.168	141.681	65.747	405.011
Adições	5.234	5.796	687	41	374	6.558	617	6.779	26.086
Baixas	(109)	(1)	-	-	-	(122)	-	(16.619)	(16.851)
Transferências	42	52	(47)	-	-	(8.217)	6.937	(136)	(1.369)
Depreciações	(9.136)	(12.758)	(686)	-	(806)	-	4.498	(279)	(19.167)
Saldo em 30 de junho de 2013	<u>48.807</u>	<u>87.242</u>	<u>9.078</u>	<u>5.296</u>	<u>19.675</u>	<u>14.387</u>	<u>153.733</u>	<u>55.492</u>	<u>393.710</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	5,0	-	3,7	10,0	

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica “Outros” (caminhões e reboque), estavam vinculados como garantia de arrendamento mercantil financeiro (vide nota explicativa nº 18). Para os empréstimos e financiamentos e para as debêntures (vide notas explicativas nº 17 e nº 19) não existem garantias dessa natureza.

No semestre findo em 30 de junho de 2013, foram capitalizados R\$917 referentes a encargos financeiros (R\$645 em 30 de junho de 2012).

No final de cada exercício, a Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Notas Explicativas**14. INTANGÍVEL****a) Controladora**

	<u>Software de terceiros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	92	92
Adições	5	5
Amortizações	<u>(18)</u>	<u>(18)</u>
Saldo em 30 de junho de 2012	79	79
Taxa média anual de amortização - %	20,0	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	73	73
Adições	38	38
Amortizações	<u>(22)</u>	<u>(22)</u>
Saldo em 30 de junho de 2013	<u>89</u>	<u>89</u>
Taxa média anual de amortização - %	20,0	

b) Consolidado

	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Ágio Ecosul</u>	<u>Software</u>	<u>Em andamento</u>	<u>Mais valia Elog</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.340.859	7.320	15.450	5.475	238.721	9	2.607.834
Aquisição de empresas	1.127.646		1.406	-	-	-	1.129.052
Adições (i)	94.278	-	2.307	8.029	-	-	104.614
Baixas	(820)	-	-	(357)	-	-	(1.177)
Transferências	1.582	-	(5)	(3.716)	-	-	(2.139)
Amortizações	<u>(63.941)</u>	<u>(256)</u>	<u>(2.888)</u>	-	(74)	-	<u>(67.159)</u>
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>3.499.604</u>	<u>7.064</u>	<u>16.270</u>	<u>9.431</u>	<u>238.647</u>	<u>9</u>	<u>3.771.025</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	(ii)	-	20,0	-	5,5	20,0	

	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Ágio Ecosul</u>	<u>Software</u>	<u>Em andamento</u>	<u>Mais valia Elog</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.100.974	6.806	18.847	31.632	231.325	224	3.389.808
Adições (i)	175.319	-	4.771	36.747	-	-	216.837
Baixas	(784)	-	-	-	-	(1)	(785)
Transferências	43.588	-	1.280	(43.499)	-	-	1.369
Amortizações	<u>(76.860)</u>	<u>(257)</u>	<u>(3.661)</u>	-	65	(10)	<u>(80.723)</u>
Saldo em 30 de junho de 2013	<u>3.242.237</u>	<u>6.549</u>	<u>21.237</u>	<u>24.880</u>	<u>231.390</u>	<u>213</u>	<u>3.526.506</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	(ii)	-	20,0	-	5,5	20,0	

(i) Os principais valores de aquisição de que trata esta linha se referem a restaurações da rodovia e melhorias no sistema rodoviário em geral, tais como acessos e dispositivos de segurança, adequação de trevos, alargamento e reforço de pontes, construção de faixas adicionais, construção de pistas marginais e duplicação de rodovias.

(ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de amortização em 30 de junho de 2013 foram em média 5,76% a.a. (5,17% a.a. em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas**15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Tributos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Consolidado	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	105.968	106.441
Efeitos Regime Tributário de Transição – RTT	(5.430)	17.274
Prejuízo fiscal	30.887	-
Variação cambial (regime de caixa x competência)	4.558	(623)
Ágio de Incorporações	1.380.630	1.448.750
Outros	<u>(651)</u>	<u>717</u>
	<u>1.515.962</u>	<u>1.572.559</u>
	34%	34%
	<u>515.427</u>	<u>534.670</u>
Classificados como:		
Ativo Diferido	549.964	559.370
Passivo Diferido	<u>(34.537)</u>	<u>(24.700)</u>
	<u>515.427</u>	<u>534.670</u>

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	Consolidado	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2013	30.236	49.226
2014	49.978	48.559
2015	49.312	47.893
2016	49.312	47.893
2017	49.312	47.893
Após 2017	<u>321.814</u>	<u>317.906</u>
	<u>549.964</u>	<u>559.370</u>

Notas Explicativas

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	198.264	191.778	325.999	305.391
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(67.410)	(65.205)	(110.840)	(103.833)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	80.104	69.972	-	-
Prêmios e gratificações da diretoria	(820)	(1.409)	-	-
Outras adições/exclusões	(3.569)	(115)	249	(4.067)
Crédito tributário não contabilizado	<u>(8.301)</u>	<u>(3.170)</u>	<u>(14.706)</u>	<u>(3.170)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>4</u>	<u>73</u>	<u>(125.297)</u>	<u>(111.070)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	26	23	(107.730)	(102.121)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	(22)	50	(17.567)	(8.949)

Notas Explicativas**16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Impostos sobre faturamento:				
ISS	-	-	9.185	9.116
Cofins	223	240	10.963	7.757
PIS	48	52	2.389	1.698
ISS na fonte	3	2	2.213	1.327
PIS/COFINS/CSLL s/prest. serviços	77	53	709	1.467
INSS na fonte	1	2	1.202	1.749
Outros impostos	<u>35</u>	<u>19</u>	<u>2.981</u>	<u>2.547</u>
	<u>387</u>	<u>368</u>	<u>29.642</u>	<u>25.661</u>

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E NOTAS PROMISSÓRIAS - CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	Controladora		Consolidado	
			<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Em moeda nacional:						
Capital de giro (b)	15/07/2025	TJLP + 2,40% a.a.	-	-	183.387	114.601
Capital de giro (d)	19/11/2013	107,70% do CDI	-	-	36.695	35.312
Capital de giro (i)	28/10/2014	CDI + 2,03% a.a.	-	-	20.033	26.544
Capital de giro (c)	25/10/2013	109,00% do CDI	-	-	83.611	80.567
Capital de giro (g)	05/06/2015	CDI + 3% a.a.	-	-	26.367	31.866
Capital de giro (m)	06/12/2013	112,50% do CDI	-	-	50.079	48.215
Finame (e)	15/05/2017	TJLP + 2,83%	-	-	1.020	987
Finame (k)	15/10/2022	2,5% a.a.	-	-	409	-
Finame BNDES (l)	15/07/2018	TJLP + 2,30% a.a.	-	-	21.531	-
Equipamentos (j)	15/09/2016	14,53% a.a.	-	-	23.484	26.404
Notas promissórias (a)	23/05/2013	108% do CDI	-	574.108	-	574.108
Notas promissórias (a)	17/05/2014	104,5% do CDI	277.595	-	277.595	-
Cédula de crédito bancário (f)	18/05/2013	14,84% a.a.	-	-	-	504
Capital de giro (h)	21/07/2014	CDI + 0,15% a.a.	-	-	17.889	25.237
			<u>277.595</u>	<u>574.108</u>	<u>742.100</u>	<u>964.345</u>
Circulante			<u>277.595</u>	<u>574.108</u>	<u>524.221</u>	<u>802.424</u>
Não circulante			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>217.879</u>	<u>161.921</u>

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2014	27.587	57.597
2015	34.810	22.714
2016	31.781	15.925
2017	27.897	13.951
Posteriores a 2018	<u>95.804</u>	<u>51.734</u>
	<u>217.879</u>	<u>161.921</u>

Notas Explicativas

A movimentação dos empréstimos, dos financiamentos e das notas promissórias está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Saldo inicial	964.345	258.888
Adições	370.336	650.823
Encargos financeiros	38.417	16.506
Pagamento principal	(581.153)	(9.747)
Pagamento de juros	<u>(49.845)</u>	<u>(4.754)</u>
Saldo final	<u>742.100</u>	<u>911.716</u>

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

- a) Em 18 de maio de 2012, ocorreu a terceira emissão de notas promissórias da Companhia, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009. A emissão foi composta por 220 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$2.500, em série única, perfazendo o montante total de R\$550.000, com prazo de vencimento de 360 dias a contar da data de emissão, sendo o pagamento de juros remuneratórios devido na data de vencimento das notas promissórias, remuneradas à taxa de 104,5% do CDI. Os recursos obtidos com a emissão foram utilizados para investimentos e aquisições de empresas de infraestrutura e logística. Os bancos envolvidos nessa operação são o BTG Pactual e o Banco Itaú BBA. Seu pagamento ocorreu em 09 de maio de 2013.

Em 22 de maio de 2013, ocorreu a quarta emissão de notas promissórias da Companhia, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009. A emissão foi composta por 110 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$2.500, em série única, perfazendo o montante total de R\$275.000, com prazo de vencimento de 360 dias a contar da data de emissão, sendo o pagamento de juros remuneratórios devido na data de vencimento das notas promissórias. Os recursos obtidos com a emissão serão utilizados para investimentos e aquisições de empresas de infraestrutura e logística. Os bancos envolvidos nessa operação são o Banco Bradesco S.A. e o HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Não há índices financeiros a serem atingidos, avais, fianças ou garantias dadas. Não há índices financeiros a serem atingidos, avais, fianças ou garantias dadas.

- b) Em fevereiro de 2011, a controlada indireta Ecopistas firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de R\$355.396 divididos em 12 subcréditos, destinados a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do corredor formado pelas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Foi liberado o 1º subcrédito de R\$99.200, e a amortização se dará mensalmente de janeiro de 2012 a setembro de 2021, em 114 parcelas. O 2º subcrédito foi liberado em novembro de 2012 no valor de R\$27.999, a amortização se dará mensalmente de janeiro de 2014 a junho de 2023, em 114 parcelas. Em janeiro de 2013 foram liberados mais dois subcréditos, o primeiro no valor de R\$ 10.379 com amortização mensal de janeiro de 2016 a junho de 2025, em 114 parcelas, e o segundo no valor de R\$33.495, com amortização mensal de fevereiro de 2013 a junho de 2023, em 101 parcelas. Em março de 2013 foi liberado um subcrédito de R\$9.169 a ser pago anualmente de julho de 2016 a julho de 2025, em 10 parcelas. Em junho de 2013 foram liberados dois subcréditos, um no valor de R\$ 20.209 com amortização mensal de julho de 2013 a dezembro de 2022 em 114 parcelas e o outro no valor de R\$ 902 que será pago mensalmente de janeiro de 2016

Notas Explicativas

a junho de 2025 em 114 parcelas. Entre outras, em garantia do empréstimo, a controlada direta Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros, decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão das Rodovias Ayrton Senna-Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação a, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão. Os índices financeiros exigidos são: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

- c) Em 11 de novembro de 2011, a controlada indireta Ecovia celebrou contrato com o Banco do Brasil de Cédula de Crédito Bancário - CCB de R\$44.000 com a finalidade de capital de giro com vencimento em outubro de 2013.

Em novembro de 2011, a controlada indireta Ecosul celebrou contrato com o Banco do Brasil de R\$36.000 com a finalidade de capital de giro, sendo a Companhia sua avalista para vencimento em outubro de 2013.

- d) A controlada indireta Ecovia através de um aditivo de contrato com o Banco Bradesco prorrogou o empréstimo de R\$35.000 para vencimento em novembro de 2013. O contrato não requer a manutenção de índices financeiros (“covenants”).

Para as operações de empréstimo foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela Companhia e a cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, caso o pagamento das notas promissórias não seja efetuado.

- e) Em 30 de novembro de 2012, a controlada indireta Ecocataratas celebrou dois contratos com o Banco do Brasil de Cédula de Abertura de Crédito Fixo, um de R\$648, em 36 parcelas com vencimento em maio de 2017 com a finalidade de aquisição de dois caminhões, e o outro de R\$553, em 36 parcelas com vencimento em abril de 2017 com a finalidade de aquisição de dois guinchos. Esses empréstimos não exigem a manutenção de índices financeiros (“covenants”) e são garantidos por alienação dos bens objeto dos financiamentos.
- f) Em 30 de novembro de 2009, a controlada direta Termares firmou contrato com o Banco de Lage Landen Brasil S.A. com a finalidade de adquirir equipamentos para a operação de R\$942 em 36 parcelas com uma taxa de 14,84%, com o primeiro pagamento em março de 2010. Esses empréstimos não exigem a manutenção de índices financeiros (“covenants”). Este contrato tem como garantia a alienação fiduciária do bem.
- g) A controlada direta Tecondi captou R\$40.000 com o Banco ABN AMRO/Santander com a finalidade de capital de giro. A amortização do principal será realizada no prazo de quatro anos, com carência de um ano, sendo o primeiro pagamento em 25 de julho de 2011 e o último em 5 de junho de 2015. Em 30 de junho de 2013, esses empréstimos deixaram de exigir a manutenção de índices financeiros (“covenants”).
- h) Em julho de 2008, a controlada direta Tecondi, como parte do plano de expansão de suas

Notas Explicativas

operações, iniciou obras para a construção de um novo berço de atracação, com o intuito de duplicar a movimentação dos armadores e aumentar a área de armazenamento de contêineres da Companhia. Para essa obra, a Companhia firmou contrato com o Unibanco (atualmente ItaúUnibanco) de R\$60.000, para pagamento em 17 parcelas, com primeiro vencimento em julho de 2010 e último vencimento em julho de 2014. A Companhia apresenta uma carta de fiança bancária como garantia desse empréstimo. Esses empréstimos não exigem a manutenção de índices financeiros (“covenants”).

- i) Em novembro de 2009, a controlada indireta Ecosul celebrou contrato com o Banco Santander de Cédula de Crédito Bancário – CCB de R\$31.000 com a finalidade de capital de giro. Este empréstimo tem como garantia o Aval da Ecorodovias Infraestrutura e domicilio bancário.

Para o empréstimo da Ecosul é exigida a manutenção de índices financeiros (“covenants”). A razão entre seu endividamento líquido e seu “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” deverá ser menor ou igual a 1,5, e a razão entre o EBITDA e o serviço da dívida líquida deverá ser maior ou igual a 1,5. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

- j) As empresas Tecondi e Termlog celebraram contrato de financiamento com o Santander em setembro de 2011 com a finalidade de adquirir equipamentos para a operação, em 48 parcelas, com primeiro vencimento em setembro de 2012 e o último em junho de 2017. Esses empréstimos não exigem a manutenção de índices financeiros (“covenants”).
- k) Em 08 de março de 2013, a Ecocataratas celebrou contrato de Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$416, com vencimento em outubro de 2022 tendo como finalidade a aquisição de equipamentos. Este empréstimo não exige manutenção de índices financeiros (“covenants”). Esta operação apresenta como garantia a alienação do bem.
- l) Em abril de 2013, a Ecocataratas celebrou contrato de financiamento junto ao BNDES no valor total de R\$32.401, com primeiro vencimento em agosto de 2013 e último vencimento em julho de 2018, com a finalidade de investimento no projeto de duplicação de parta da rodovia. Do total do contrato foram liberados R\$21.393 em 26 de abril de 2013. Este empréstimo não exige manutenção de índices financeiros (“covenants”). Esta operação apresenta como garantia Cartas de Fiança.
- m) Em 5 de dezembro de 2012, as controladas indiretas Ecovia e Ecosul celebraram contrato com o Banco Itaú de CCB nos valores de R\$26.000 e R\$22.000, respectivamente, ambas com vencimento em dezembro de 2013 com a finalidade de capital de giro. Esses empréstimos não exigem manutenção de índices financeiros (“covenants”). Esta operação de empréstimo não apresenta garantias.

Notas Explicativas

A Taxa Interna de Retorno - TIR das notas promissórias está demonstrada a seguir:

<u>Emissora</u>	<u>Data</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Despesas com emissão</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>TIR</u>
EcoRodovias Infraestrutura	09/05/2013	<u>275.000</u>	<u>(365)</u>	<u>274.635</u>	104,50% do CDI	8,45%

18. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO - CONSOLIDADO

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência. Em 30 de junho de 2013 não existem saldos a pagar referente a arrendamento mercantil financeiro.

As obrigações financeiras em 31 de dezembro de 2012 são compostas como segue:

	<u>31/12/2012</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:	
Menos de um ano	246
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>-</u>
	246
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>2</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>248</u>
Circulante	<u>248</u>
Não circulante	<u>-</u>

A movimentação do arrendamento mercantil financeiro está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Saldo inicial	248	1.341
Encargos financeiros	-	81
Pagamento do principal	(238)	(554)
Pagamento de juros	<u>(10)</u>	<u>(85)</u>
Saldo final	<u>-</u>	<u>783</u>

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro que está registrada na rubrica “Imobilizado” se refere a caminhões e apresenta valor residual de R\$3.987 em 30 de junho de 2013 (R\$4.775 em 31 de dezembro de 2012).

Determinados equipamentos foram arrendados por meio de contratos irretratáveis sujeitos a encargos de 17,36% ao ano e variação de encargos de 2,3% a 18,44%, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração dos contratos é de 36 meses. A data da última parcela do empréstimo ocorrerá em agosto de 2014. Os contratos não requerem a manutenção de índices financeiros (“covenants”).

Notas Explicativas**19. DEBÊNTURES - CONSOLIDADO**

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Principal corrigido	2.899.173	2.040.105
Remuneração (juros)	61.154	66.860
Custos com emissão de debêntures (*)	<u>(59.890)</u>	<u>(37.318)</u>
	<u>2.900.437</u>	<u>2.069.647</u>
Circulante	<u>239.984</u>	<u>200.026</u>
Não circulante	<u>2.660.453</u>	<u>1.869.621</u>

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Saldo inicial	2.069.647	1.188.314
Adição	851.182	595.677
Encargos financeiros	141.688	81.727
Pagamento principal	(52.655)	(141.753)
Pagamento de juros	<u>(109.425)</u>	<u>(71.593)</u>
Saldo final	<u>2.900.437</u>	<u>1.652.372</u>

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

- A controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços concluiu, em 23 de outubro de 2012, a segunda emissão de R\$800.000 em debêntures, sendo R\$240.000 referentes à primeira série com vencimento em três parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2016 e vencimento final em 15 de outubro de 2018; R\$160.000 referentes à segunda série em duas parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2018 e vencimento final em 15 de outubro de 2019; e R\$400.000 referentes à terceira série com vencimento em três parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2020 e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

A primeira série ofertada ao mercado local tem remuneração vinculada a 100% do CDI acrescido de 0,79% ao ano, a segunda série tem remuneração vinculada ao IPCA acrescido de 5% ao ano e a terceira série tem remuneração vinculada ao IPCA acrescido de 5,35% ao ano; elas foram precificadas utilizando os conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

O contrato referente à segunda emissão requer a manutenção de índices financeiros da Companhia menores ou iguais a 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos do serviço da dívida em relação ao EBITDA. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Os índices foram atingidos em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas

- A controlada indireta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses, sendo os vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

O contrato da controlada indireta Ecovias requer a manutenção de índices financeiros menores ou iguais a 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e ao principal pagos no exercício), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

A controlada indireta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 07 de maio de 2013, a emissão de R\$881.000 em debêntures em duas séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$200.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 15 de abril de 2020 e a segunda série de R\$681.000, com prazo de vencimento de 132 meses e vencimento final em 15 de abril de 2024, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 3,80% a.a. + IPCA, pago anualmente, com primeiro vencimento em abril de 2014 e último vencimento em abril de 2019, foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04. A segunda série tem remuneração de 4,28% a.a. + IPCA, paga anualmente, com primeiro vencimento em abril de 2014 e último vencimento em abril de 2024, também precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

O contrato da 2ª emissão requer a manutenção dos índices financeiros menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de junho de 2013, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

- A controlada indireta Ecopistas concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R\$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e

Notas Explicativas

vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira no valor nominal de R\$92.500 com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022 e a quarta no valor nominal de R\$92.500 com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

As quatro séries, ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada ao IPCA mais 8,25%, pagos semestralmente, e foram precificadas utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação tem classificação de risco “brAA+” da Standard & Poors.

O contrato da controlada indireta Ecopistas requer a manutenção dos índices financeiros conforme segue: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20, e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

- A controlada direta Ecoporto Holding, sucedida pela Tecondi, concluiu em 19 de junho de 2012 a emissão de R\$600.000 em debêntures em série única de 600 debêntures com vencimento em parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de junho de 2013 e vencimento final em 16 de junho 2019. Em 27 de novembro de 2012, com a reestruturação societária, essa dívida foi incorporada pela controlada direta Tecondi.

O contrato requer a manutenção de índices financeiros em que a relação da dívida líquida e do EBITDA dos últimos 12 meses deve ser inferior: até 2015 a 4,5 pontos, em 2016 a 4,0 pontos, em 2017 a 3,5 pontos e em 2018 a 3,0 pontos. E o EBITDA dos últimos 12 meses pelas despesas financeiras deve ser superior: até 2015 a 2,0 pontos, em 2016 a 2,25 pontos, em 2017 a 2,5 pontos e em 2018 a 3,0 pontos. Os índices serão apurados trimestralmente, com base no balanço consolidado da emissora, a partir de 30 de setembro de 2012. Para esse empréstimo foi emitida uma Carta Fiança pela controladora EcoRodovias Infraestrutura. Esta garantia manter-se-á em vigor até que a emissora mantenha, de forma consolidada, o índice de alavancagem inferior ou igual a 2,5x, por dois semestres consecutivos. Há obrigatoriedade de manter o capital social igual ou superior a R\$39.000. Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 esse saldo foi atendido.

A série única, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,85% ao ano, paga anualmente, e foi precificada utilizando os conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

As principais características das debêntures emitidas são:

Notas Explicativas

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias (1º Emissão)	Ecovias (2º Emissão)	Tecondi	Ecopistas
Forma e conversibilidade e	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa escritural, sem a emissão de cautela, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações
Quantidade emitida	800.000 (em três séries)	45.000 (em três séries)	881 (em duas séries)	600 (série única)	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data de emissão	R\$10	R\$10	R\$ 1.000,00	R\$1.050	R\$1.000
Valor nominal unitário atualizado em 30 de junho de 2013	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$10,87 3ª série - R\$10,90	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$3,06 3ª série - R\$6,39	1ª série - R\$1.018,95 2ª série - R\$1.019,78	Não atualizável	1ª série - R\$1.188,28 2ª série - R\$1.126,71 3ª série - R\$1.235,94 4ª série - R\$1.211,68
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	1ª e 2ª série - IPCA	Não atualizável	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 0,79% ao ano 2ª série - 5,00% a.a. 3ª série - 5,35% a.a.	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série - 3,80% a.a. + IPCA 2ª série - 4,28% a.a. + IPCA	CDI + 1,85% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/04/13 a 15/10/18) 2ª série: parcelas anuais (15/10/13 a 15/10/19) 3ª série: parcelas anuais (15/10/13 a 15/10/22)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/07 a 01/05/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/08 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/07 a 01/11/14)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2024)	Parcelas anuais (15/06/13 a 15/06/17)	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (15/10/16 a 15/10/18) 2ª série: parcelas anuais (15/10/18 a 15/10/19) 3ª série: parcelas anuais (15/10/20 a 15/10/22)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/10 a 01/11/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/10 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/10 a 01/11/14)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)	Parcelas anuais (15/06/14 a 16/06/19)	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)

Notas Explicativas

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias (1º Emissão)	Ecovias (2º Emissão)	Tecondi	Ecopistas
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor	n/a	Não aplicável	<p>a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vincenda da amortização de principal e encargos da dívida; e após o pagamento da primeira parcela a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida).</p> <p>b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação).</p>
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco BBI S.A.	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP	CETIP e CBLC	CETIP E BMF&BOVESPA	CETIP	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Itaú Unibanco S.A.	n/a	Não aplicável	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Planner Trustee DTVM Ltda.
Classificação de risco	brAAA	brAAA	brAAA	Não aplicável	brAA+
Garantias	Não aplicável	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio	n/a	Alienação fiduciária de 100% das ações da Tecondi/ Termares/ Termlog - fiança provisória da EcoRodovias Infraestrutura	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio
Cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	30/06/2013			31/12/2012		
	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
2014	54.591	(1.518)	53.073	167.074	(4.992)	162.082
2015	108.559	(8.481)	100.078	107.929	(4.466)	103.463
2016	192.249	(7.872)	184.377	191.493	(4.466)	187.027
2017	230.808	(8.104)	222.704	229.761	(4.466)	225.295
A partir de 2018	<u>2.126.909</u>	<u>(26.688)</u>	<u>2.100.222</u>	<u>1.205.071</u>	<u>(13.317)</u>	<u>1.191.754</u>
	2.713.116	(52.663)	2.660.453	1.901.328	(31.707)	1.869.621

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

<u>Emissora</u>	<u>Série</u>	<u>Data</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Despesas com emissão</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>TIR</u>
EcoRodovias Concessões e Serviços	Debêntures - 1ª série	23/10/12	240.000	(6.196)	233.804	CDI + 0,79%	CDI + 1,09%
	Debêntures - 2ª série	23/10/12	160.000	(4.156)	155.844	5,00%+ IPCA	5,20% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	23/10/12	400.000	(10.502)	389.498	5,35%+ IPCA	5,63% + IPCA
Ecovias dos Imigrantes	1ª Emissão Debêntures - 1ª série	01/11/06	135.000	(2.677)	132.323	104% do CDI	107% do CDI
	Debêntures - 2ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32%+ IGP-M
	Debêntures - 3ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,35%+ IGP-M
	2ª Emissão Debêntures - 1ª série	15/04/13	200.000	(6.769)	193.231	IPCA + 3,80% a.a.	IPCA + 4,25% a.a.
	Debêntures - 2ª série	15/04/13	681.000	(23.049)	657.951	IPCA + 4,28% a.a.	IPCA + 4,54% a.a.
	Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%
Debêntures - 2ª série		15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,97%
Debêntures - 3ª série		15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,91%
Debêntures - 4ª série		15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,87%
Tecondi	Série única	15/06/12	<u>600.000</u>	<u>(4.267)</u>	<u>595.733</u>	CDI + 1,85%	11,89%
			<u>3.101.000</u>	<u>(76.532)</u>	<u>3.024.468</u>		

20. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ativo circulante-				
Serviço de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (f)	-	-	68.400	63.239
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (g)	1	-	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (g)	1	-	-	-
Elog S.A.(g)	8	-	-	-
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.(g)	3	-	-	-
Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A. (g)	8	-	-	-
Concessionárias de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	<u>37</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>58</u>	<u>-</u>	<u>68.400</u>	<u>63.239</u>
Ativo não circulante:				
Termares – Terminais Marítimos Especializados Ltda - AFAC (e)	6.450	6.450	-	-
Concessionárias de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	<u>-</u>	<u>37</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>6.450</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Movimentação do Intangível:				
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	-	-	9.484	5.631
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	-	-	935	1.087
SBS Engenharia e Construções S.A. (b)	-	-	6.934	14.574
Consórcio Serra do Mar (c)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>48.411</u>	<u>45.338</u>
	-	-	65.764	66.630
Total do ativo	<u>6.508</u>	<u>6.487</u>	<u>134.164</u>	<u>129.869</u>

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Passivo circulante:				
SBS Engenharia e Construções S.A.				
(b)	-	-	1.349	16
Consórcio Serra do Mar (c)	-	-	10.033	2.268
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	-	-	41	138
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>658</u>	<u>1.508</u>
Total do passivo	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.081</u>	<u>3.930</u>

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Resultado:				
Receita:				
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	222	215	-	-
	<u>222</u>	<u>215</u>	=	=

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da Ecosul; o valor mensal do aluguel é de R\$37.
- (b) A SBS Engenharia e Construções S.A., que possui 10% da Ecosul. Presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$31.485 e entre a Ecovia e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$14.000, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. Em 30 de junho de 2013, há um saldo de R\$31.801 de serviços a incorrer com esses contratos. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (c) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas da Companhia EcoRodovias: CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada indireta Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a controlada indireta Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R\$326.284, incluindo aditivo contratual; deste total, foram incorridos R\$99.406, e há um saldo de R\$226.878 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

Notas Explicativas

- (d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e às Concessionárias das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas e Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$9.192, incluindo o aditivo contratual. Em 30 de junho de 2013, há um saldo de R\$4.012 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (e) O saldo em aberto refere-se a um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC.
- (f) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta, presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar". O saldo a receber de R\$68.400 tem vencimento de até 45 dias, não está sujeito a encargos financeiros e não foram concedidos garantias e avais.
- (g) O saldo refere-se a transferências de funcionários entre as empresas (provisão de férias e 13º salário)

Outros contratos entre as partes relacionadas

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$124.363, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

A Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. celebrou um contrato de mútuo com sua coligada Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A. O valor global firmado é de R\$42.950, o saldo em aberto é de R\$38.500 em 30 de junho de 2013 (R\$37.792 em 31 de dezembro de 2012). Os saldos em aberto a pagar têm vencimento indeterminado, e incidem juros de 1% ao ano.

A Termlog Transportes e Logística Ltda. presta serviços de transportes e remoções para as coligadas Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A., sendo o preço tabelado por unidade de transporte, variando entre R\$110,00 e R\$160,00 por carga. No período findo em 30 de junho de 2013 a Termlog faturou R\$21.906 para a Tecondi e R\$413 para a Termares. O prazo de vencimento destes contratos é em 1º de outubro de 2013.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia e de suas controladas, direta ou indiretamente.

No semestre findo em 30 de junho de 2013, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, habitação, previdência privada, bens ou

Notas Explicativas

serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) plano de opção com base em ações.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 em R\$13.787 (R\$14.184 para o exercício de 2012).

A remuneração paga aos administradores no semestre está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Salários e ordenados	2.319	2.054
Plano de opção com base em ações (vide nota explicativa nº 26.f)	439	1.127
Previdência Privada	180	112
Benefícios diretos e indiretos	<u>1.380</u>	<u>2.991</u>
	<u>4.318</u>	<u>6.284</u>

Notas Explicativas**21. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO**

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a serem realizadas durante o período das concessões, ajustados a valor presente a taxas de 8,76% a 11,99% ao ano, em média. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>30/06/2012</u>
Constituição da provisão para manutenção	436.792	38.402	-	-	475.194
Efeito valor presente sobre constituição	(97.445)	(7.942)	-	-	(105.387)
Realização da manutenção	(214.612)	-	(38.121)	-	(252.733)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>46.810</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.141</u>	<u>51.951</u>
	<u>171.545</u>	<u>30.460</u>	<u>(38.121)</u>	<u>5.141</u>	<u>169.025</u>
Circulante	<u>38.286</u>				<u>47.804</u>
Não circulante	<u>133.259</u>				<u>121.221</u>

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>30/06/2013</u>
Constituição da provisão para manutenção	520.688	47.991	-	-	568.679
Efeito do valor presente sobre a constituição	(113.490)	(8.331)	-	-	(121.821)
Realização da manutenção	(285.854)	-	(45.839)	-	(331.693)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>57.318</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.089</u>	<u>65.407</u>
	<u>178.662</u>	<u>39.660</u>	<u>(45.839)</u>	<u>8.089</u>	<u>180.572</u>
Circulante	<u>63.531</u>				<u>66.213</u>
Não circulante	<u>115.131</u>				<u>114.359</u>

22. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos estão sendo auferidos pela Companhia.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>30/06/2012</u>
Constituição da provisão para obras futuras	21.078	-	-	21.078
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.010)	-	-	(10.010)
Realização da construção	(4.238)	(1.041)	-	(5.279)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>7.626</u>	<u>-</u>	<u>406</u>	<u>8.032</u>
	<u>14.456</u>	<u>(1.041)</u>	<u>406</u>	<u>13.821</u>
Circulante	<u>12.527</u>			<u>11.807</u>
Não circulante	<u>1.929</u>			<u>2.014</u>

Notas Explicativas

	<u>31/12/2012</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>30/06/2013</u>
Constituição da provisão para obras futuras	21.179	-	-	21.179
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	(7.426)	-	-	(7.426)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>8.439</u>	<u>-</u>	<u>139</u>	<u>8.578</u>
	<u>12.181</u>	<u>-</u>	<u>139</u>	<u>12.320</u>
Circulante	2.141			2.195
Não circulante	10.040			10.125

23. CREDOR PELA CONCESSÃO - CONSOLIDADO

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Parcelas:		
Fixas	62.019	65.432
Variáveis	2.635	3.047
Outras – Eco101 – Verba de fiscalização	<u>310</u>	<u>-</u>
	<u>64.964</u>	<u>68.479</u>
Circulante	<u>18.676</u>	<u>18.158</u>
Não circulante	<u>46.288</u>	<u>50.321</u>

Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 30 de junho de 2013, restam 59 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 75,42% do total (73,33% em 31 de dezembro de 2012).

De acordo com o contrato de concessão da controlada Ecopistas, firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo foi subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE. Em 30 de junho de 2013, todas as parcelas haviam sido quitadas.

A parcela variável é calculada mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação nas controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas e 1% na Ecosul.

As controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia como cossegurados e possuem como prazo mínimo de vigência o período de 12 meses. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro dos tipos riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2014	6.193	13.452
2015	12.499	12.285
2016	11.415	11.219
Posteriores a 2017	<u>16.181</u>	<u>13.365</u>
	<u>46.288</u>	<u>50.321</u>

A movimentação do credor pela concessão está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Saldo inicial	68.479	72.181
Variação monetária sobre credor pela concessão	3.636	4.846
Pagamento do principal	<u>(7.151)</u>	<u>(7.179)</u>
Saldo final	<u>64.964</u>	<u>69.848</u>

24. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Salários e outras obrigações a pagar	4.135	6.187	12.193	18.624
INSS a recolher	257	214	4.308	2.480
FGTS a recolher	59	74	931	745
IRRF a recolher	209	288	1.199	1.206
Provisão de férias e 13º salário a pagar	1.403	826	20.262	14.346
Contribuição sindical a recolher	4	-	46	22
Encargos sobre provisões a recolher - INSS e FGTS	<u>488</u>	<u>287</u>	<u>7.240</u>	<u>5.090</u>
	<u>6.555</u>	<u>7.876</u>	<u>46.179</u>	<u>42.513</u>

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

Notas Explicativas**25. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS - CONSOLIDADO**

A Companhia e suas controladas efetuam uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos cíveis, trabalhistas e tributários que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, incluindo a opinião dos assessores jurídicos, internos e externos, da Companhia e de suas controladas. Suportada por este processo de avaliação, a Administração constituiu provisão para contingências para as quais é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A movimentação da provisão no período é conforme segue:

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Tributárias (b)	Trabalhistas (c)	Total
Saldos em 1º. de janeiro de 2012	20.469	1.768	9.976	32.213
Aquisição de novas empresas	2.918	76	-	2.994
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	619	258	1.572	2.449
(-) Pagamentos	(4.173)	(12)	(1.088)	(5.273)
(+) Atualização monetária	657	163	486	1.306
(+/-) Reclassificações	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>20.490</u>	<u>2.253</u>	<u>10.946</u>	<u>33.689</u>

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	Total
Saldos em 1º. de janeiro de 2013	85.877	17.888	2.676	106.441
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	1.380	2.007	308	3.695
(-) Pagamentos	(4.872)	(3.872)	-	(8.744)
(+) Atualização monetária	3.706	703	167	4.576
(+/-) Reclassificações	<u>(10.713)</u>	<u>7.314</u>	<u>3.399</u>	<u>-</u>
Saldos em 30 de junho de 2013	<u>75.378</u>	<u>24.040</u>	<u>6.550</u>	<u>105.968</u>

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, totalizando R\$48.311 em 30 de junho de 2013 (R\$32.255 em 31 de dezembro de 2012), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

A Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo por entender que a concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativo à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. Atualmente, os autos principais da ação civil pública estão aguardando a devolução de carta precatória para citação da Ecovias. Foi estimado o valor de R\$19.034 para esta causa e sua probabilidade de perda está avaliada como possível, portanto, sem constituição de provisão, em razão da fase processual e dos argumentos de defesa que serão apresentados nos autos da ação civil pública.

Notas Explicativas

(b) Processos tributários

Em 30 de junho de 2013, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$16.200 (R\$6.477 em 31 de dezembro de 2012), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão. Os principais processos tributários são conforme segue:

Processos administrativos fiscais decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da controlada indireta Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais. O valor estimado em 30 de junho de 2013 é de R\$5.035 (R\$4.938 em 31 de dezembro de 2012).

(c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 30 de junho de 2013, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$34.583 (R\$24.873 em 31 de dezembro de 2012), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

A controlada indireta Ecocataratas possui uma ação de responsabilidade subsidiária referente à reclamação trabalhista contra a Qualix Serviços Ambientais S.A., empresa pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da Companhia). Em 1º de agosto de 2011, a Ecocataratas ofereceu carta de fiança pela qual o Banco Bradesco S.A. afiançou o valor da execução de R\$6.439. A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas, tendo em 30 de novembro de 2012 sido constituída provisão de R\$7.127. Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda.

Notas Explicativas

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito e integralizado de R\$1.320.549 está representado por 558.699.080 ações ordinárias sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o exercício do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

Em 30 de junho de 2013, o saldo é de R\$111.855 (R\$111.855 em 31 dezembro de 2012).

d) Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital

Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 5º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008. Essa retenção referente ao exercício de 2012 foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração, o qual foi submetido à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2013, a qual deliberou pela não constituição da reserva de lucros para orçamento de capital e que o valor fosse destinado aos dividendos.

O saldo da reserva de orçamento de capital em 30 de junho de 2013 é de R\$388.105 (R\$578.037 em 31 de dezembro de 2012).

e) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos em 2013 no valor de R\$255.200 refere-se ao saldo de dividendos remanescentes de 2012, aprovado na Assembléia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2013, calculados conforme segue:

	2012
Lucro líquido do exercício	422.072
Constituição da reserva legal	<u>(21.104)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>400.968</u>
Dividendos intermediários pagos	<u>145.768</u>
Saldo de dividendos	<u>255.200</u>
Dividendos pagos em 2013	<u>255.200</u>

Notas Explicativas

f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia aos diretores e empregados. O Conselho de Administração é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da Companhia.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela Companhia, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações (“contrato”), a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da Companhia, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia.

O Conselho de Administração disponibilizou 3.421.883 ações ordinárias para esse plano, como segue:

<u>Data</u>	<u>1ª Outorga</u> <u>31/08/2010</u>	<u>2ª Outorga</u> <u>22/03/2011</u>	<u>3ª Outorga</u> <u>25/04/2012</u>
Quantidade de opções de ações	685.764	1.212.045	1.524.074
Preço de período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o exercício de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. No semestre findo em 30 de junho de 2013 foi registrado na rubrica “Plano de opção com base em ações” o valor de R\$439 (R\$1.255 em 30 de junho de 2012).

A Companhia efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das ações por parte dos beneficiários.

Notas Explicativas

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	<u>1ª Outorga</u>	<u>2ª Outorga</u>	<u>3ª Outorga</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>646.269</u>	<u>1.212.045</u>	<u>-</u>	<u>1.858.314</u>
Outorgadas	-	-	1.524.074	1.524.074
Exercidas	<u>(257.410)</u>	<u>(196.899)</u>	<u>-</u>	<u>(454.309)</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>388.859</u>	<u>1.015.146</u>	<u>1.524.074</u>	<u>2.928.079</u>
Outorgadas	-	-	-	-
Exercidas	(9.674)	(52.412)	(29.326)	(91.412)
Canceladas	<u>(46.609)</u>	<u>(130.127)</u>	<u>(192.728)</u>	<u>(369.464)</u>
Em 30 de junho de 2013	<u>332.576</u>	<u>832.607</u>	<u>1.302.020</u>	<u>2.467.203</u>

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

A aquisição do direito ao exercício da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

<u>Ano</u>	<u>Preço médio do período por ação em R\$</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor justo médio da opção em R\$</u>	<u>Total</u>	<u>Prazo para exercer</u>
2014	13,64	855.470	9,07	7.759	11 meses
2015	14,58	684.030	6,15	4.207	23 meses
2016	14,47	<u>381.020</u>	2,79	<u>1.063</u>	35 meses
		<u>1.920.520</u>		<u>13.029</u>	

g) Ações em tesouraria

Em 31 de agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou o Primeiro Programa de Recompra de Ações. Esta recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da Companhia; e (3) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 31 de agosto de 2010.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 144.003.000 ações ordinárias em circulação no mercado
- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 4.000.000 de ações ordinárias.

Notas Explicativas

Em 30 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou o Segundo Programa de Recompra de Ações. Esta recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da Companhia; e (3) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 30 de maio de 2012.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 143.737.879 ações ordinárias em circulação no mercado.

Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 1.500.000 ações ordinárias.

Em 05 de junho de 2013, o Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou o terceiro programa de recompra de ações. Essa recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados:(i) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (alterada pela Instrução CVM nº 10, de 14 de fevereiro de 1980); (ii) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (iii) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 06 de junho de 2013.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 200.669.081 ações ordinárias.

Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 1.700.000 de ações ordinárias.

As ações em tesouraria possuem como finalidade a liquidação das opções quando da outorga do plano de opções de ações (vide nota explicativa nº 26.f)).

Cabe à Administração da Companhia definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Controladora e Consolidado		
	Ações	Valor	Custo médio - R\$ por ação
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	149.502	(2.011)	13,45
Exercidas em 2012	(454.309)	6.945	15,29
Recompra em 2012	<u>480.495</u>	<u>(7.759)</u>	<u>16,15</u>

Notas Explicativas

Saldo final em 31 de dezembro de 2012	175.688	(2.825)	16,08
Exercidas no 1º trimestre de 2013	(91.412)	1.557	17,03
Recompra no 1º trimestre de 2013	406.500	(6.924)	17,03
Recompra no 2º trimestre de 2013	<u>52.800</u>	<u>(780)</u>	<u>14,76</u>
Saldo final em 30 de junho de 2013	<u>543.576</u>	<u>(8.972)</u>	<u>16,51</u>

A Companhia mantém em tesouraria 543.576 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 28 de junho de 2013, de R\$15,66. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 28 de junho de 2013, é de R\$8.152.

A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados de R\$30.825, transferida para a rubrica “Reserva de capital”, conforme determinado em Estatuto Social.

h) Participações dos acionistas não controladores

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial	17.911	3.041
Participação nos lucros	2.434	4.973
Aporte de capital de acionista não controlador	-	15.001
Pagamento de dividendos à acionista não controlador	<u>(2.406)</u>	<u>(5.104)</u>
Saldo final	<u>17.939</u>	<u>17.911</u>

Notas Explicativas

27. RECEITA LÍQUIDA - CONSOLIDADO

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	353.244	339.765
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	375.096	326.435
Vale-pedágio e pedágio em cupons	83.819	72.888
Outras	<u>356</u>	<u>1.693</u>
	812.515	740.781
Receitas de construção (vide nota explicativa nº 35)	188.284	103.350
Receitas portuárias (d)	309.246	50.825
Receitas acessórias (b) e (c)	<u>28.412</u>	<u>31.478</u>
Receita bruta	1.338.457	926.435
Deduções de receita - PIS, Cofins e ISS (e)	<u>(116.231)</u>	<u>(78.666)</u>
Receita líquida	<u>1.222.226</u>	<u>847.769</u>

- (a) Refere-se às receitas de prestação via pedágio eletrônico.
- (b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.
- (c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.
- (d) Referem-se às receitas auferidas pelas empresas que atuam no Porto de Santos: Tecondi, Termares e Termlog, adquiridas em maio e junho de 2012.
- (e) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento.

Notas Explicativas

28. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

<u>Controladora</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Pessoal	11.178	12.235
Conservação e manutenção	245	455
Serviços de terceiros	19.359	12.193
Seguros (vide nota explicativa nº 34)	176	329
Depreciações e amortizações	302	553
Locação de imóveis e máquinas	1.072	723
Outras despesas operacionais	<u>1.922</u>	<u>2.238</u>
	<u>34.254</u>	<u>28.726</u>
Classificados como-		
Despesas gerais e administrativas	<u>34.254</u>	<u>28.726</u>
<u>Consolidado</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Pessoal	147.889	86.594
Conservação e manutenção	34.604	28.913
Serviços de terceiros (*)	138.672	65.869
Seguros (vide nota explicativa nº 34)	9.298	5.729
Depreciação e amortização	99.890	80.026
Poder Concedente	33.337	17.753
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	11.156	6.734
Provisão para manutenção	39.660	30.460
Custo de construção de obras	188.284	103.350
Outros custos e despesas operacionais	<u>33.703</u>	<u>27.225</u>
	<u>736.493</u>	<u>452.653</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	581.133	378.347
Despesas gerais e administrativas	155.360	74.306

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

Notas Explicativas

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	14.328	7.411	38.926	29.254
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	1.023	6.874	4.156
Outras	<u>711</u>	<u>7</u>	<u>4.600</u>	<u>896</u>
	<u>15.039</u>	<u>8.441</u>	<u>50.400</u>	<u>34.306</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	-	-	(85.783)	(58.690)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(19.587)	(5.238)	(38.417)	(20.662)
Variação monetária sobre debêntures	-	-	(46.996)	(20.771)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	(3.636)	(4.846)
Amortização de custos com emissão de debêntures	-	-	(8.909)	(2.266)
Ajuste a valor presente - interpretação técnica ICPC 01	-	-	(8.299)	(5.547)
Despesas bancárias	(70)	(16)	(732)	(288)
Variação cambial sobre financiamentos	-	-	(100)	(728)
Outras	<u>(4.487)</u>	<u>(1.325)</u>	<u>(18.809)</u>	<u>(5.719)</u>
	<u>(24.144)</u>	<u>(6.579)</u>	<u>(211.681)</u>	<u>(119.517)</u>
Resultado financeiro	<u>(9.105)</u>	<u>1.862</u>	<u>(161.281)</u>	<u>(85.211)</u>

30. LUCRO POR AÇÃO

<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,35</u>	<u>0,34</u>
Lucro diluído por ação das operações continuadas	<u>0,35</u>	<u>0,34</u>

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

Notas Explicativas

<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>198.268</u>	<u>191.851</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>558.699</u>	<u>558.699</u>
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,35</u>	<u>0,34</u>

b) Lucro diluído

O lucro utilizado na apuração do lucro por ação diluído é o seguinte:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Lucro utilizado na apuração do lucro diluído por ação	<u>198.268</u>	<u>191.851</u>

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído é conciliada com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, como segue:

<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação	558.699	558.699
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção com base em ações	<u>355</u>	<u>1.255</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	<u>559.054</u>	<u>559.954</u>
Lucro diluído por ação das operações continuadas	<u>0,35</u>	<u>0,34</u>

31. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No semestre findo em 30 de junho de 2013, a participação nos lucros e resultados foi de R\$1.746 (R\$2.312 em 30 de junho de 2012), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

32. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS
- CONSOLIDADO

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização

Notas Explicativas

do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, notas promissórias, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e credor pela concessão detalhados nas notas explicativas nº 17, nº 18, nº 19 e nº 23, deduzidos pelo caixa e pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações dos acionistas não controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 26).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não apresentavam saldo de ativo ou passivo relevante denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA, do IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDBs, remunerados a taxas média ponderada de 101,17% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e credor pela concessão: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 17, nº 18, nº 19 e nº 23.

Notas ExplicativasÍndice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Dívida (a)	277.595	574.108	3.707.501	3.102.719
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	<u>(85.757)</u>	<u>(435.621)</u>	<u>(1.294.998)</u>	<u>(858.137)</u>
Dívida líquida	191.838	138.487	2.412.503	2.244.582
Patrimônio líquido (b)	2.044.853	2.107.576	2.062.792	2.125.487
Índice de endividamento líquido	<u>0,09</u>	<u>0,07</u>	<u>1,17</u>	<u>1,06</u>

- (a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures e credor pela concessão circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 17, nº 18, nº 19 e nº 23.
- (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 30 de junho de 2013 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	14.661	14.661
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	151.168	151.168
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (b)	Empréstimos e recebíveis	1.280.337	1.280.337
Passivos:			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	63.275	63.275
Empréstimos e financiamentos (c)	Outros passivos financeiros	742.100	748.679
Debêntures (d)	Outros passivos financeiros	2.900.437	3.052.361
Credor pela concessão (e)	Outros passivos financeiros	64.964	76.126

- (a) Os saldos das rubricas “Clientes” e “Fornecedores” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (b) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (c) Calculados por meio de fluxo de caixa descontado de acordo com as taxas indicativas da BM&F em 28 de junho de 2013, com base nas parcelas a vencer.
- (d) As debêntures foram calculadas através das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures (quando houver) e conforme o Preço Unitário - PU atualizado em 28 de junho de 2013. Nos demais casos, o cálculo foi feito através de fluxo de caixa descontado, com base nas parcelas a vencer, à taxas indicativas da BM&F data base 28 de março de 2013.

Notas Explicativas

- (e) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica “Credor pela concessão”.

As referidas taxas e PUs utilizados para as projeções de mercado foram extraídos das seguintes fontes externas independentes: www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br, www.fgv.br, www.fiduciario.com.br, www.oliveiratrust.com.br.

a) Riscos da taxa de câmbio

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela controlada indireta Ecopátio Logística Cubatão Ltda., com quem possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a controlada Tecondi – Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A. possui o seguinte contrato em moeda estrangeira:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>Credor</u>		
Finimp – Moeda US\$	4.813	5.521

b) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Notas Explicativas

c) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de junho de 2013, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$68.400 (R\$63.239 em 31 de dezembro de 2012), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Clientes”.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	29.392	31.049	30.792	138.908
BNDES	TJLP + 2,10% a.a.	5.662	5.495	5.216	9.744
Capital de giro	CDI + 2,032% a.a.	14.775	7.015	-	-
Capital de giro	111,6% do CDI	176.178	-	-	-
Finame	TJLP + 4,16% a.a.	1.727	1.609	1.487	268
Finame	7,72 a.a.	2.199	2.069	1.939	1.808
Equipamentos (moeda estrangeira) US\$	VC + 4,61% a.a.	3.899	3.907	3.406	-
Notas promissórias	108% do CDI	593.058	-	-	-
Ampliação de cais	12,40% a.a.	15.110	3.606	-	-
Debêntures	IGP-M + 9,50% a.a.	111.326	55.531	-	-
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	49.943	53.198	60.483	723.008
Debêntures	IPCA + 5,25% a.a.	44.144	46.679	49.183	1.173.377
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	8.079	8.479	8.931	321.714
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	30.986	32.517	34.253	1.469.117
Debêntures	CDI + 0,79% a.a.	21.431	23.742	25.695	280.782
Debêntures	CDI + 1,85% a.a.	122.900	151.607	145.400	452.337
Debêntures	104% do CDI	17.577	-	-	-
Credor pela concessão	IGP-M	6.193	12.499	11.415	16.181-

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer (*)</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Juros de aplicações financeiras	Alta do CDI	108.556	135.608	162.662
Juros sobre a 1ª série das debêntures - Ecovias	Alta do CDI	(487)	(604)	(718)
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures - Ecovias	Alta do IGP-M	(1.271)	(2.902)	(3.480)
Juros sobre a 1ª série das debêntures - EcoRodovias	Alta do CDI	(21.920)	(26.773)	(31.568)
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures - EcoRodovias Concessões e Serviços	Alta do IPCA	(30.235)	(37.774)	(45.304)
Juros sobre a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries das debêntures - Ecopistas	Alta do IPCA	(19.154)	(23.930)	(28.701)
Juros sobre a 1ª e 2ª séries das debêntures - Ecovias 2ª emissão	Alta do IPCA	(47.566)	(59.426)	(71.273)
Juros sobre debêntures - série única - Tecondi	Alta do CDI	(1.795)	(2.146)	(2.491)
Juros sobre notas promissórias	Alta do CDI	(20.666)	(25.839)	(31.014)
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	(43.599)	(47.670)	(41.837)
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	(14.458)	(16.758)	(19.034)
Juros sobre credor pela concessão	Alta do IGP-M	(60)	(75)	(90)
Juros a incorrer, líquido		(92.655)	(108.289)	(112.848)

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 30 de junho de 2013 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

Notas Explicativas*Risco de mudança nas taxas de câmbio*

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer (*)</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Empréstimos e financiamentos	Alta do US\$	(431)	(538)	(646)

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas foram as seguintes:

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (a)	8,53%	10,66%	12,79%
IGP-M (b)	4,80%	6,03%	7,28%
IPCA (c)	5,70%	7,17%	8,66%
TJLP (d)	5,0%	6,25%	7,50%
US\$ (e)	2,200	2,750	3,300

(a) Refere-se à taxa do CDI projetada para 12 meses.

(b) Refere-se à taxa do IGP-M projetada para 12 meses.

(c) Refere-se à taxa do IPCA projetada para 12 meses.

(d) Refere-se à taxa da TJLP projetada para 12 meses.

(e) Refere-se à taxa do dólar norte-americano projetada para 12 meses.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercado foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

33. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONSOLIDADO

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o empregado contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do empregado. No semestre findo em 30 de junho de 2013, a Companhia e suas controladas contribuíram com a quantia de R\$1.072 (R\$684 em 30 de junho de 2012), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

34. SEGUROS CONTRATADOS - CONSOLIDADO

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 30 de junho de 2013, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro-garantia	R\$828 milhões
“All Risk” – equipamentos e móveis	R\$1,9 milhão
“All Risk” - responsabilidade civil	R\$1,8 milhões
“All Risk” - patrimoniais e danos materiais	R\$7,3 milhões
Seguro-sede	R\$5,2 milhões
“All Risk” - perda de receita	R\$1,7 milhões
Veículos	Tabela FIPE
“All Risk” - risco de engenharia	R\$268 milhões
“All Risk” - operador portuário	US\$230 milhões
Multirrisco	R\$23 milhões

35. CONTRATOS DE CONCESSÃO - CONSOLIDADO

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até a Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias, pelo período de 24 anos, sendo a

Notas Explicativas

vigência da concessão até novembro de 2021, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, incluindo as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- (a) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o fim do contrato.
- (b) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga pelo valor de R\$10 mensais até o 11º ano e de R\$11 mensais do 12º ano ao fim do contrato.
- (c) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):
 - 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
 - 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
 - 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
 - 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecovia Caminho do Mar foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Receita de construção	18.755	10.188
Custos de construção	(18.755)	(10.188)
	<u> -</u>	<u> -</u>

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes

Notas Explicativas

(SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágio.

Em 21 de dezembro de 2006, por meio do TAM nº 10, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Em 13 de novembro de 2012, através do Termo Aditivo nº 16/12, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 18 meses e 11 dias, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, em decorrência da inclusão de novas obras e serviços no valor de R\$328.719, que incluem a remodelação do trevo localizado no km 55 da Rodovia Anchieta, com implantação de um anel viário interligando as rodovias Anchieta, Cônego Domênico Rangoni, Imigrantes e Padre Manoel da Nóbrega, e a construção de uma terceira faixa em ambos os sentidos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, entre o km 270 e o km 262, na região do Pólo Industrial de Cubatão. O contrato de concessão possui vigência até setembro de 2025.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M, conforme descrito na Nota Explicativa nº 22.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Ecovias dos Imigrantes foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Notas Explicativas

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Receita de construção	66.639	18.272
Custos de construção	(66.639)	(18.272)
	<u> -</u>	<u> -</u>

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o TAM em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor a partir da autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes, que condicionou a sua aplicação a partir de 1º de julho de 2013.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009, sendo a vigência do contrato até junho de 2039, e tem como objeto social, pelo regime de concessão, a exploração, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no fim da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e fim do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e fim do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e fim do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e fim do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.

Notas Explicativas

- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e fim do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviários S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.

Sempre que houver direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, esta será implantada tomando como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, por meio de:

- a) Prorrogação do prazo de concessão.
- b) Revisão tarifária.
- c) Revisão do cronograma de investimentos.
- d) Utilização do ônus fixo.
- e) Emprego de verbas do tesouro.
- f) Utilização conjugada de uma ou mais modalidades.

Os bens integrantes da concessão são todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema existente, transferidos à concessionária, bem como os bens adquiridos pela concessionária, ao longo de todo o prazo da concessão, utilizados na exploração do sistema rodoviário.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, transferidos para a Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão.

O contrato de concessão da Ecopistas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim; porém, os serviços prestados pela Ecopistas não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial, decretando a rescisão do contrato.

Notas Explicativas

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Receita de construção	66.221	44.350
Custos de construção	(66.221)	(44.350)
	<u> -</u>	<u> -</u>

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL

A Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL foi constituída em 19 de janeiro de 1998, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 15 de julho de 1998, o início de suas operações em 24 de julho de 1998 e o início da cobrança de pedágio em 4 de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

<u>Rodovia</u>	<u>Trecho</u>	<u>Extensão (km)</u>
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-293	Pelotas/Bagé	161,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	73,8
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	128,4

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir do início da cobrança de pedágio) e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do período de concessão em março de 2026, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Taxa de fiscalização: é calculada pela aplicação de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 623,8 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

O contrato de concessão da Ecosul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

Notas Explicativas

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Receita de construção	13.990	12.050
Custos de construção	(13.990)	(12.050)
	<u>-----</u>	<u>-----</u>

Não ocorreram mudanças no contrato de concessão no decorrer do exercício.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação a, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. Com relação a esse contrato de concessão, diversos aspectos estão sendo discutidos, inclusive judicialmente, desde o fim do ano 2002, pela Administração da Ecocataratas e pelo Governo do Estado do Paraná.

O prazo de duração da Ecocataratas é indeterminado, mas será estendido, no mínimo, pela vigência de 24 anos da concessão (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021).

Em 7 de fevereiro de 2008, a Ecocataratas teve seu controle acionário adquirido pelo Grupo EcoRodovias, com transferência de 100% das ações representativas do capital social.

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento de verba anual de fiscalização em parcelas mensais de R\$77 durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2012, a parcela reajustada é de R\$216.
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
 - 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
 - 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
 - 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.

Notas Explicativas

- 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

Os bens que integram a concessão são as rodovias e os trechos rodoviários de acesso que compõem o sistema, compreendendo todas as edificações e demais bens móveis e imóveis que poderão ser cedidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER à Ecocataratas, de forma provisória, para que não ocorram interrupções nos serviços.

O contrato de concessão da Ecocataratas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Receita de construção	22.379	9.960
Custos de construção	<u>(22.379)</u>	<u>(9.960)</u>
	=====	=====

Compromissos relativos às concessões

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 30 de junho de 2013, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

<u>Natureza dos Custos</u>	<u>30/06/2013</u>				
	<u>Ecovia</u>	<u>Ecosul</u>	<u>Ecovias</u>	<u>Ecocataratas</u>	<u>Ecopistas</u>
	<u>Previsão de</u>	<u>Previsão de</u>	<u>Previsão de</u>	<u>Previsão de</u>	<u>Previsão de</u>
	<u>2013 a 2021</u>	<u>2013 a 2026</u>	<u>2013 a 2018</u>	<u>2013 a 2021</u>	<u>2013 a 2039</u>
Melhorias na infraestrutura	69.868	99.845	405.380	5.872	240.246
Conservação especial (manutenção)	70.718	27.804	300.022	292.795	329.999

Os investimentos relativos à Concessionária Eco101 estão sob revisão e serão apresentados oportunamente.

36. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DAS CONTROLADAS ECOVIA, ECOCATARATAS E TECONDI

As controladas Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente

Notas Explicativas

licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes.

Tanto a Ecovia quanto a Ecocataratas buscam, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os respectivos contratos de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos.

Diante da nova administração estadual, as concessionárias estão atualmente em processo de revisão contratual. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, em sua maioria já deferidos.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações e de suas controladas não é provável e que, no momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses.

Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A. (“Tecondi”)

O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp e o Tecondi, atualmente conhecido por sua marca Ecoporto Santos, tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra em 12 de junho de 2023. A Cláusula Décima Sexta do Contrato prevê a sua prorrogação com até 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, sendo obrigatório o Poder Concedente responsável concedê-la se o Tecondi tiver cumprido todas as suas obrigações legais e contratuais. Com o advento do novo Marco Regulatório do Setor o Poder Concedente passará a ser a Secretaria Especial dos Portos – SEP, sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquáticos - ANTAQ a responsável pela assessoria. Ademais, até o presente momento entende-se que é prudente a observância da Resolução nº 2.240/11 da ANTAQ, sendo necessário que o requerimento do Tecondi seja acompanhado de estudo de viabilidade, bem como das informações necessárias à avaliação do equilíbrio econômico-financeiro das novas bases contratuais. O Tecondi deverá então, ao requerer a prorrogação, instruir o seu pedido com o estudo de viabilidade, seguindo o modelo atualmente proposto pela ANTAQ (Nota Técnica nº 25/2009). Assim, em face da legislação atualmente vigente, a Administração considera que as chances de haver prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o atual desempenho do Tecondi e observadas as prescrições da Resolução nº 2.240/11 da ANTAQ, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção do Contrato será

Notas Explicativas

mantido, sendo esta a linha que o Tecondi adotará. Há que se ressaltar a pendência de julgamento em definitivo de duas ações populares nº 0010874-75.2002.403.6104 (2002.61.04.010874-9) apensas, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Santos, que questionam a legitimidade do Contrato e de seus aditivos, bem como do processo nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União, que em primeira instância administrativa julgou pela não prorrogação do Contrato. Apesar das decisões de 1ª instância, a Administração considera a probabilidade de reversão destes julgados e êxito em tais demandas, o que possibilitará a prorrogação do contrato, em linha com a jurisprudência dos Tribunais Superiores e a doutrina jurídica dominantes. Nas primeiras ações anteriormente mencionadas pendem de julgamento recursos de apelação ajuizados pelo Tecondi e, no procedimento administrativo destacado, julgamento de embargos declaratórios também por ele ajuizados.

37. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (“Chief Operating Decision-Maker - CODM”).

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro deste segmento são apresentadas as seguintes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas, Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas e ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

b) Logística

Os sistemas logísticos são formados pela integração entre as concessões rodoviárias do Grupo EcoRodovias e situadas em áreas estratégicas do território brasileiro com plataformas logísticas, que visam integrar terminais logísticos intermodais, terminais portuários, terminais retroportuários, centros de distribuição, recintos alfandegários e portos, bem como a prestação de serviços integrados de logística, sempre buscando um diferencial de valor agregado. A Companhia detém 80% das empresas de logística. Dentro deste segmento são apresentadas as seguintes empresas: Elog Sudeste S.A., Elog Logística Sul Ltda, Ecopátio Logística Cubatão Ltda, ELG-01 Participações Ltda, Anish Empreendimentos e Participações Ltda e Paquetá Participações Ltda.

c) “Holding” e serviços

Este segmento compreende a operação dos serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do

Notas Explicativas

sistema de Identificação Automática de Veículos - IAV no Brasil. Além da STP, este segmento apresenta as empresas EIL01 e EIL02 e as “Holdings” Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., “holding” do segmento de concessionárias e a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

d) Portos

A partir de 31 de maio de 2012, com a aquisição das empresas do Complexo Tecondi, a Companhia passou a realizar operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos, portanto, neste segmento são apresentadas as empresas Tecondi – Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A., Termares – Terminais Marítimos Especializados Ltda e Termlog Transporte e Logística Ltda.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Concessões	69,4%	80,8%
Logística	8,9%	12,7%
“Holding” e serviços	19,8%	4,9%
Portos	1,9%	1,6%

As práticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota explicativa nº 2. O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relacionada aos segmentos para 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas informações intermediárias, bem como as práticas contábeis aplicadas:

Notas Explicativas

31 de dezembro de 2012

Contas	31 de dezembro de 2012						Ajustes CPC 36 (R3)/IFRS10	Total	Consolidado
	Concessões	Portos	Logística	Holding e serviços	Combinado	Eliminações			
Ativo Circulante	265.662	294.224	204.622	734.930	1.499.438	(189.657)	1.309.781	1.007.725	
Ativo não Circulante	2.686.499	754.800	376.743	3.669.833	7.487.875	(2.601.700)	4.886.175	4.768.612	
Total do Ativo	2.952.161	1.049.024	581.365	4.404.763	8.987.313	(2.791.357)	6.195.956	5.776.337	
Passivo Circulante	722.508	180.427	61.642	708.957	1.673.534	(239.098)	1.434.436	1.280.572	
Passivo Não Circulante	966.346	751.836	265.356	791.541	2.775.079	(139.046)	2.636.033	2.370.278	
Patrimônio Líquido	1.263.307	116.761	254.367	2.904.265	4.538.700	(2.413.213)	2.125.487	2.125.487	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.952.161	1.049.024	581.365	4.404.763	8.987.313	(2.791.357)	6.195.956	5.776.337	
	<u>30 de junho de 2012</u>								
Receita Líquida	805.321	49.325	126.616	82.629	1.063.891	(67.070)	996.821	847.769	
Custo dos serviços prestados	(353.119)	(39.767)	(91.811)	(37.386)	(522.083)	42.747	(479.336)	(378.347)	
Lucro bruto	452.202	9.558	34.805	45.243	541.808	(24.323)	517.485	469.422	
Receitas (despesas) operacionais	(62.508)	582	(32.016)	(38.293)	(132.235)	24.759	(107.476)	(73.949)	
Equivalência patrimonial	-	32.612	3.120	422.633	458.365	(458.365)	-	(4.872)	
Lucro/Prejuízo Operacional antes do resultado financeiro	389.694	42.752	5.909	429.583	867.938	(457.929)	410.009	390.601	
Resultado Financeiro	(73.373)	(6.470)	(12.689)	(7.119)	(99.651)	2.596	(97.055)	(85.211)	
Lucro/Prejuízo Operacional antes dos impostos	316.321	36.282	(6.780)	422.464	768.287	(455.333)	312.954	305.390	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(103.071)	(3.088)	(3.252)	(9.222)	(118.633)	-	(118.633)	(111.069)	
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	213.250	33.194	(10.032)	413.242	649.654	(455.333)	194.321	194.321	
Atribuível a:									
Companhia	-	-	-	-	-	-	191.851	191.851	
Outros acionistas	-	-	-	-	-	-	2.470	2.470	

Notas Explicativas

Contas	30 de junho de 2013								
	Concessões	Portos	Logística	Holding e Serviços	Combinado	Eliminações	Consolidado	Ajustes IFRS10	Consolidado contábil
Ativo Circulante	747.317	236.996	173.562	759.412	1.917.287	(166.744)	1.750.543	(277.148)	1.473.395
Ativo não Circulante	2.817.261	711.139	396.882	5.694.058	9.619.340	(4.599.886)	5.019.454	(141.929)	4.877.525
Total do Ativo	3.564.578	948.135	570.444	6.453.470	11.536.627	(4.766.630)	6.769.997	(419.077)	6.350.920
Passivo Circulante	606.411	169.743	58.858	731.277	1.566.289	(342.907)	1.223.382	(140.596)	1.082.786
Passivo Não Circulante	1.853.145	672.307	265.398	813.042	3.603.892	(120.069)	3.483.823	(278.481)	3.205.342
Patrimônio Líquido	1.105.022	106.085	246.188	4.909.151	6.366.446	(4.303.654)	2.062.792	-	2.062.792
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	3.564.578	948.135	570.444	6.453.470	11.536.627	(4.766.630)	6.769.997	(419.077)	6.350.920
Receita Líquida	955.620	272.388	122.684	55.961	1.406.653	(29.264)	1.377.389	(155.163)	1.222.226
Custo dos serviços prestados	(468.331)	(114.804)	(101.285)	(36.380)	(720.800)	28.607	(692.193)	111.060	(581.133)
Lucro bruto	487.289	157.584	21.399	19.581	685.853	(657)	685.196	(44.103)	641.093
Receitas (despesas) operacionais	(58.724)	(77.229)	(25.772)	(49.483)	(211.208)	22.669	(188.539)	33.001	(155.538)
Equivalência patrimonial	-	-	-	493.274	986.362	(986.362)	-	1.725	1.725
Lucro/Prejuízo Operacional antes do resultado financeiro	428.565	80.355	(4.373)	463.372	1.461.007	(964.350)	496.657	(9.377)	487.280
Resultado Financeiro	(79.029)	(31.803)	(8.294)	(50.571)	(169.697)	550	(169.147)	7.866	(161.281)
Lucro/Prejuízo Operacional antes dos impostos	349.536	48.552	(12.667)	412.801	1.291.310	(963.800)	327.510	(1.511)	325.999
Imposto de Renda e Contribuição Social	(112.782)	(10.352)	3.923	(29)	(119.240)	(7.568)	(126.808)	1.511	(125.297)
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	236.754	38.200	(8.744)	412.772	1.172.070	(971.368)	200.702	-	200.702
Atribuível a:									
Companhia									198.268
Outros acionistas									2.434

Notas Explicativas

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Em 05 de julho de 2013, a Companhia comunicou ao mercado, através de Fato Relevante, que naquela data em conjunto com a Grant Concessões e Participações Ltda., celebrou um memorando de entendimentos com Centaurus Participações S/A, por meio do qual adquirirão participação de 27,5% do capital social total da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., controlada da EcoRodovias, que explora a concessão do Sistema Rodoviário BR 101 ES/BA. A participação de 27,5% do capital social total da ECO101 será adquirida dos atuais acionistas de forma proporcional às participações destes em seu capital social, uma vez cumpridas as condições precedentes previstas no memorando, quais sejam, a submissão da operação à Agência Nacional de Transportes Terrestres e a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Nesta data a EcoRodovias detém 80% do capital social da ECO101 e após a aquisição pela Centaurus passará a deter 58%. O controle da ECO101 não será alterado e nenhum acordo de acionistas com a Centaurus será celebrado.
- Com o objetivo de imprimir maior dinamismo e eficiência na administração de sociedades concessionárias de que tenha participação acionária, mesmo que parcial, as sócias da SBS Engenharia e Construções S/A (“SBS”) constituíram uma sociedade denominada GRANT Concessões e Participações LTDA (“GRANT”), a qual acha-se em pleno vigor e atendendo a todos os aspectos legais e societários previstos em legislação. Em continuidade a essa reestruturação, no dia 16.07.2013 a empresa SBS Engenharia e Construções S/A formalizou a transferência das ações que detinha no capital social da Ecosul para a empresa Grant Concessões e Participações LTDA. Sendo assim, desde o dia 16.07.2013 a Ecosul passou a ter como acionistas as empresas Ecorodovias Concessões e Serviços S/A, controlada direta da Companhia, detentora de 90% das ações integrantes do capital social da Companhia, e Grant Concessões e Participações LTDA, detentora de 10% das ações integrantes do capital social da Companhia.
- Em 05 de agosto de 2013, a Companhia comunicou ao mercado, através de Fato Relevante, que naquela data em conjunto com a CCR S.A., Ivan Toledo de Corrêa Filho, GSMP S.A., celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Sampras Participações Ltda, afilia Raízen Combustíveis S.A. O referido contrato tem como objeto a venda, pelas Acionistas Vendedoras, de 10% das ações representativas do capital social da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. – STP, pelo valor total de R\$250.000, sendo que a EcoRodovias venderá ações representativas do capital social da STP, de sua titularidade, correspondentes a 1,3376% do capital social da STP, no valor de R\$33.440, passando a deter 11,41%. A alienação das ações da EcoRodovias à Raízen foi aprovada pelo Conselho de Administração da EcoRodovias, em reunião realizada na mesma data, e sua conclusão financeira está condicionada ao cumprimento de determinadas condições suspensivas, dentre elas, a obtenção da prévia autorização do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos
Administradores e Acionistas da
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis de períodos anteriores examinadas e informações contábeis intermediárias revisadas por outro auditor independente

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e informações intermediárias, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2012 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012

apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 3, foram auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado de 14 de maio de 2013, e relatório de revisão datado de 5 de agosto de 2013, que não conteve qualquer modificação.

São Paulo, 5 de agosto de 2013.

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S
CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti Ezequiel Litvac
Contador CRC-1SP144343/O-3 Contador CRC-1SP-249186/O-5

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Exclusão da página 1 do Comentário de Desempenho.